

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

Elisabete Lorensi Ferreira

**ANÁLISE DE QUALIDADE DO CONTEÚDO DO SITE DO
OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (OBSERVAPoA)**

**Porto Alegre
2015**

Elisabete Lorensi Ferreira

**ANÁLISE DE QUALIDADE DO CONTEÚDO DO SITE DO
OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (OBSERVAPOA)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade à distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Nogueira Cortimiglia

Porto Alegre
2015

Elisabete Lorensi Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade à distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 20 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Marcus Rocha

Prof Ivan A. Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Ministério da Educação, à Universidade Aberta do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por terem proporcionado minha participação neste curso, de forma gratuita e na modalidade à distância.

Muito obrigada ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Nogueira Cortimiglia, e a minha tutora, Prof.^a Esther Engelman Machado, por suas valiosas orientações ao longo do semestre.

Agradecimentos especiais a minha família e amigos, em especial, ao meu marido Júnior e meu filho Bernardo, pelo apoio e compreensão nos momentos em que me ausentei para me dedicar aos estudos.

Agradeço, ainda, aos colegas e demais tutores do curso, que propiciaram tantas trocas de experiências e incentivo ao longo deste período.

À Deus.

*A vida é o que fazemos dela.
As viagens são os viajantes.
O que vemos não é o que vemos, senão o que somos.*

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o Observatório da cidade de Porto Alegre (ObservaPoa), que surgiu a partir da necessidade de divulgar informações da Administração Pública e possibilitar maior transparência nos atos e processos de gestão de políticas públicas. Para isso, é fundamental que o conteúdo informacional disponibilizado nos Observatórios seja de qualidade. O objetivo geral foi avaliar a qualidade do conteúdo do *site* do Observatório da cidade de Porto Alegre (ObservaPoa), a partir dos critérios de qualidade abrangência/ cobertura, propósito e atualidade desde a página inicial até o terceiro nível. Realiza como complementação da avaliação a análise de atualidade e completeza dos indicadores constantes no mesmo *site*, comparando com diferentes fontes de informação. A partir dos resultados da pesquisa, conclui-se que o estudo pode servir de subsídio para melhorias que resultariam em um espaço de divulgação com maior qualidade e que atenda melhor às expectativas informacionais do cidadão.

Palavras-chave: Avaliação da informação. Observatórios municipais. Indicadores sociais.

ABSTRACT

The Urban Observatory, as ObservaPoa, Porto Alegre's Observatory, emerged from the need to disseminate information of public administration and provide greater transparency of actions and policy management processes. Therefore, it is essential that the information content available in the Observatories is quality. The objective of this research is to evaluate the quality of the content of the site of the Observatory of Porto Alegre (ObservaPoa), adopting quality criteria as scope/coverage, purpose and timelines. Evaluates the assessment of the present analysis and completeness of the indicators on the same site, comparing with different sources of information. In conclusion, the study can serve as a basis for improvements that would result in a site with higher quality and that meets the informational expectations of the citizen.

Keywords: Information evaluation. Municipal observatories. Social indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Processo de agregação de valor informacional do indicador.....	21
Figura 1	Página inicial do ObservaPOA	31
Figura 2	Disposição dos quadros na página inicial do ObservaPOA.....	31
Figura 3	Na página inicial, mapa “Porto Alegre e seus territórios”.....	32
Figura 4	Rodapé do ObservaPOA	33
Figura 5	Links disponíveis na aba “indicadores”	34
Figura 6	Links direcionam para o mesmo conteúdo.....	35
Figura 7	Links direcionam para conteúdos diferentes.....	35
Figura 8	Resultado de diferentes links para o termo “mapa”.....	36
Figura 9	Resultado do link “OP”	37
Quadro 2	Avaliação da atualização dos indicadores	41
Gráfico 1	Indicadores x ano de atualização.....	42
Gráfico 2	Demonstrativo dos indicadores Jannuzzi x ObservaPOA.....	45
Gráfico 3	Demonstrativo dos indicadores ObservaSampa x ObservaPOA.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2 QUADRO TEÓRICO.....	14
2.1 GOVERNO ELETRÔNICO.....	14
2.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO..	15
2.3 OBSERVATÓRIOS E O OBSERVAPOA.....	17
2.4 INDICADORES SOCIAIS.....	21
2.5 AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO.....	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
4.1 IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO DO OBSERVAPOA.....	30
4.1.1 Primeiro nível (página inicial).....	30
4.1.2 Segundo nível.....	33
4.1.3 Terceiro nível.....	36
4.2 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS ABRANGÊNCIA/COBERTURA E PROPÓSITO.....	37
4.3 AVALIAÇÃO DO CRITÉRIO ATUALIDADE.....	39
4.4 ANÁLISE DOS INDICADORES DO OBSERVAPOA.....	39
4.4.1 Critério de atualização dos indicadores.....	39
4.4.2 Comparativo entre os indicadores do ObservaPOA e de Jannuzzi ..	41
4.4.3 Comparativo entre os indicadores do ObservaPOA e ObservaSampa	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXO A – INDICADORES DO OBSERVAPOA.....	59
ANEXO B – INDICADORES DE JANNUZZI.....	68
ANEXO C – INDICADORES DO OBSERVASAMPA.....	78

INTRODUÇÃO

Com o advento da *internet*, a divulgação de informações públicas tem sido cada vez mais disponibilizada em meio eletrônico. Esta nova forma de comunicação possibilitou colocar à disposição dos usuários bancos de dados de pesquisas e registros administrativos públicos, entre outras informações do âmbito da Administração Pública.

Um destes aspectos que envolvem a Administração Pública e a disponibilização de informação é o governo eletrônico. Segundo Jardim (2000, p.1), o governo eletrônico:

expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático.

Jardim (2000, p.1) considera que o governo eletrônico pode ampliar a efetividade dos governos nos seguintes aspectos:

a) tornar mais fácil para a sociedade ter suas perspectivas consideradas pelos governos na (re) definição de políticas públicas; b) a sociedade poderá obter melhores serviços das organizações governamentais, por exemplo, através de atividades desenvolvidas on-line; c) a sociedade contará com serviços mais integrados porque as diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si; d) a sociedade será melhor informada porque poderá obter informação atualizada e compreensível sobre o governo, leis, regulamentos, políticas e serviços.

De acordo com Lenk e Traumuller (2000, apud VILLELA, 2003, p. 22), o governo eletrônico pode ser analisado entre quatro perspectivas:

a) perspectiva do destinatário, na qual a interface com a qual o cidadão se relacionará com a administração pública é particularmente proeminente; b) perspectiva do processo, na qual a reorganização dos processos, a partir do uso de todos os recursos, humanos e tecnológicos, é fundamental; c) perspectiva da cooperação, que complementa a perspectiva do processo especialmente através da tele-cooperação e dos esforços colaborativos, a exemplo de reuniões, negociações e deliberações; d) perspectiva do conhecimento, que destaca o gerenciamento da informação e do conhecimento como principal ativo na maior parte das situações relativas ao setor público.

O foco deste estudo se baseia na perspectiva do conhecimento, em relação às informações públicas difundidas em observatórios, mais precisamente aqueles de divulgação de informações sobre determinado município, cidade ou metrópole, nomes

comumente utilizados para denominá-los. Através dos observatórios, são disseminadas informações relevantes sobre as cidades, oportunizando à população fiscalizar e, conseqüentemente, cobrar melhorias e distribuição de recursos voltados a Políticas Públicas, exercendo desta forma a cidadania e participando efetivamente de uma democracia participativa e igualitária.

Dentre as informações disseminadas através dos observatórios, estão os indicadores sociais. Instrumentos de medição de políticas públicas, sua divulgação auxilia na prestação de contas à sociedade, transformando-a de mera observadora a avaliadora do desempenho da gestão pública. Segundo Jannuzzi (2009, p.14), o indicador social é um “instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”.

Os indicadores podem ser classificados de diversas formas, de acordo com a literatura da área. Segundo Januzzi (2009), a mais comum é a classificação temática, organizada da seguinte forma: indicadores de saúde, educacionais, de mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, segurança pública e justiça, infraestrutura urbana, e renda e desigualdade. Além desta, o autor esclarece que também é usual encontrar classificações chamadas Sistemas de Indicadores Sociais, denominação que agrega um conjunto de diferentes indicadores, como por exemplo: Indicadores Socioeconômicos, de Condições de Vida, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Humano ou Indicadores Ambientais.

No âmbito da administração municipal da capital gaúcha, o *site* do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) é um dos instrumentos disponibilizados para divulgar informações georeferenciadas sobre o município, abrangendo conteúdos que vão desde informações sobre regiões e bairros da capital até os indicadores sociais. Lançado em 2006, o ObservaPOA tem como objetivos “disponibilizar e disseminar o conhecimento sobre a cidade [...], qualificando a tomada de decisões do cidadão nos processos de participação da cidade [...]” (FURTADO, 2007).

Estes objetivos estão em conformidade com o que apontam Helou Filho e Donadel [20--?], os quais afirmam que, para que estes observatórios atinjam um de seus principais propósitos, ou seja, de serem úteis à gestão pública, é necessário que sejam cumpridos determinados requisitos:

a) atualizações constantes dos trabalhos, permitindo que as informações reflitam com precisão a realidade e contribuam para formular, gerir e avaliar; b) análise territorializada, de forma a vincular indicadores à componente espacial, ou seja, uma jurisdição; c) inteligibilidade dos indicadores, ou seja, utilização de índices compreensíveis e comunicáveis; e d) expressão de condições efetivamente importantes para a sociedade a que e volta o observatório.

Portanto, pode-se argumentar que as informações de cunho público veiculadas em *sites* governamentais devem atender a rigorosos critérios de qualidade, uma vez que estas informações frequentemente servem de subsídios para nortear decisões sobre políticas públicas, e principalmente, ser fonte de consulta e avaliação dos serviços prestados à sociedade. Ou seja, é imprescindível que o conteúdo disponível na fonte de informação esteja adequado e siga critérios de qualidade, a fim de não comprometer sua credibilidade e propósitos. Segundo Tomaél (2008, p. 7), “a qualidade de uma fonte de relaciona-se intrinsecamente com seus objetivos, quer dizer, a fonte deve proporcionar ou oferecer o que se propõe”.

Através da consulta de diferentes autores sobre qualidade da informação, sobretudo àquela disponibilizada na web e, mais especificamente, em *sites* governamentais, conclui-se que a análise de conteúdo é extremamente importante para conferir credibilidade às informações divulgadas, assegurando ao cidadão um canal de comunicação eficaz e eficiente.

Diante dos argumentos expostos, a pesquisa tratou de investigar a seguinte questão: “qual o nível de qualidade do conteúdo informacional divulgado no *site* do Observatório da cidade de Porto Alegre?”.

O presente trabalho tem, como objetivo principal, analisar a qualidade de conteúdo da informação divulgada no *site* no ObservaPOA e, como objetivos específicos: verificação de sua abrangência e cobertura, inclusive relacionada aos indicadores sociais, e a atualização de suas informações, a partir de parâmetros de qualidade escolhidos a partir de estudo já realizados sobre o assunto. A escolha dos parâmetros acima se deve ao fato de serem, frequentemente, mencionados na literatura especializada, conferindo-lhes um caráter de relevância para o estudo.

A fim de referenciar o estudo, foi consultada literatura especializada na área de governo eletrônico (JARDIM, 2006), indicadores (HELOU FILHO; OTANI, 2007), indicadores sociais (JANUZZI, 2009; 2011), avaliação de sites e/ou fontes de informação, (VILLELA, 2003), (OLETO, 2006), (TOMAEL et al., 2008) e

observatórios (AGOSTINETO, 2011), (FURTADO, 2007), (BUETTMULLER, 2007), além do próprio site do ObservaPOA.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se a introdução ao tema abordado, o problema da pesquisa e seus objetivos, geral e os específicos. No segundo capítulo, é mostrado o quadro teórico, que aborda governo eletrônico, democracia participativa e orçamento participativo (OP), observatórios, o ObservaPOA e indicadores sociais; ao final do capítulo, avaliação da informação. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, seguido do quarto capítulo, com os resultados da análise. Ao final, apresentam-se as conclusões, apontando os aspectos positivos e negativos, e sugestões de melhoria para estudos futuros.

2 QUADRO TEÓRICO

Neste capítulo, é apresentado o quadro teórico que embasa a pesquisa em questão. Em particular, são abordados os conceitos que situam o leitor na problemática e fundamentam a pesquisa empírica: governo eletrônico, democracia participativa, observatórios municipais (com ênfase naquele que abrange o município de Porto Alegre), indicadores sociais e mecanismos de avaliação de qualidade de conteúdo informacional.

2.1 GOVERNO ELETRÔNICO

O entendimento de governo eletrônico perpassa a associação apenas do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Administração Pública; além do uso de TICs, o governo eletrônico também é associado à modernização do próprio ato de governar, através da melhoria e eficiência dos processos governamentais (DINIZ et al., 2008), de forma a acompanhar as próprias mudanças tecnológicas surgidas a partir da década de 90, que vieram a consolidar a Sociedade da Informação¹. Segundo Diniz et al (2008, p. 27), “o uso estratégico das TICs como elemento viabilizador de um novo modelo de gestão pública evoluiu para o que é hoje chamado de governo eletrônico”; onde este pode ser entendido como “um conjunto de ações modernizadoras vinculadas à administração pública”.

De acordo com Jardim (2000, p. 1), o governo eletrônico:

Expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático.

Para Jardim (2000, p. 1), o governo eletrônico pode ampliar a efetividade dos governos em quatro aspectos:

a) será mais fácil para a sociedade ter suas perspectivas consideradas pelos governos na (re)definição de políticas públicas; b) a sociedade poderá obter melhores serviços das organizações governamentais, por exemplo, através de atividades desenvolvidas on-line; c) a sociedade contará com serviços mais

¹ Conceito utilizado por Manuel Castells (1999) para descrever uma sociedade e economia que faz o melhor uso possível das Tecnologias de Informação e Comunicação no sentido de lidar com a informação e que a torna elemento central de toda a atividade humana.

integrados porque as diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si; d) a sociedade será melhor informada porque poderá obter informação atualizada e compreensível sobre o governo, leis, regulamentos, políticas e serviços.

Com efeito, considerada por muitos autores como o motor da sociedade informacional, a *Internet* imprimiu novos ritmos e dinamizou o acesso direto do cidadão aos repertórios de dados privados e públicos, independentemente da atuação dos tradicionais intermediadores (mídias tradicionais) e da sua localização geográfica. Com isso, a informação assume a posição de centralidade e conferem uma espécie de empoderamento ao cidadão, influenciando sua atuação econômica, determinando novos padrões de interação social, além de produzir significativos impactos políticos (SILVA, 2013).

Conforme Rushel e Helou Filho (2010), um governo eletrônico precisa dar qualidade às funções do governo, onde os indicadores funcionam para dar suporte às ações, na forma de um observatório, que deve ser parte integrante da gestão do governo. Sobre os portais de governo, Hagerdorn (2000 apud VILELLA, 2003) complementa que estes representam apenas uma das muitas ações de governo eletrônico, mas que exercem função marcante nesse contexto. Para eles, os portais são a porta de acesso ou entrada para a busca, o compartilhamento e a disseminação da informação, além da provisão de serviços para comunidades de interesse.

Dessa maneira, os cidadãos podem aumentar seu envolvimento direto, de modo a reforçar sua presença nos fóruns de decisão, participação e colaboração. Outra vantagem importante, destacada por Margetts et al. (2009, apud FREIRE e STABILE, 2013), é a capacidade que o ambiente virtual tem de fornecer informação, em tempo real sobre a participação e envolvimento de outros cidadãos na rede. Essa característica pode potencializar e estimular a participação de um número maior de pessoas.

2.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Conforme Januzzi (2009, p. 34), a democracia participativa é “um processo de planejamento que não pode ser conduzida de forma tecnocrática, pois não é um processo linear; é importante garantir a participação e controle social no processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade”.

Lüchmann (2002, p.27) argumenta que a participação igualitária e pública de um sujeito plural que discute os problemas a partir de um processo comunicativo é uma

das características centrais da esfera pública. Ela acrescenta que a “sociedade civil é apontada como setor relevante na construção da esfera pública democrática”. Segundo a autora, o conceito de Sociedade Civil dentro de um contexto contemporâneo está relacionado aos movimentos sociais, onde há “uma busca por entendimento mútuo, troca de conhecimentos, informações e reflexões” (LUCHMANN, 2002, p. 31).

Desta forma, Lüchmann (2002) revela que a sociedade civil, atualmente, consiste em um conjunto de atores que se diferenciam dos partidos e instituições políticas e econômicas. Pluralismo, autonomia, solidariedade e influências na esfera pública são outras características levantadas pela autora para descrever suas características. Este envolvimento em temáticas, que envolvem questões e problemas e representam interesses dos que são excluídos dos debates e deliberações políticas, são a base do conceito de democracia deliberativa.

A autora explica que é imprescindível a institucionalização de mecanismos que garantam a efetivação da participação da sociedade nestes debates, onde relações de desigualdade podem prejudicar ou impedir esta participação, como desníveis educacionais, institucionais, etc. Portanto, Luchmann (2002, p. 57) conclui que “a democracia deliberativa requer a participação ativa da sociedade civil e do Estado na reconfiguração dos mecanismos tradicionais de decisão política”.

Neste contexto de participação da sociedade, está presente o mecanismo *accountability*, que, segundo Vieira (2005, p. 612), “podem ocorrer de modo concomitante: responsabilização, transparência e prestação de contas”. Segundo o autor, “a aplicação dos mecanismos de *accountability* surgiriam, nesse sentido, como uma busca de aproximação entre sociedade e Estado, além da ampliação da legitimidade das ações do governante” (VIEIRA, 2005, p. 621). O autor esclarece que, a partir do emprego das novas TICs, houve ampliação da divulgação de informações governamentais, favorecendo seu acesso pela sociedade, ou “atores sociais” na busca por “transparência, responsabilização e prestação de contas”.

Conforme Akutsu e Pinho (2002, p. 733), “é fundamental o fortalecimento da *accountability* dos gestores e a incorporação desse conceito à cultura brasileira”. Eles prosseguem:

Numa sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, dando publicidade às decisões e ações governamentais que interessem à coletividade, tais como a divulgação de balanços orçamentários; ampla publicidade às licitações, indicando os fornecedores selecionados e preços das propostas vencedoras; e indicação dos serviços e programas de governo oferecidos. Em estágios mais avançados

da democracia, espera-se que, além da transparência dos resultados alcançados pela administração, as principais decisões governamentais — tais como a elaboração do orçamento e a licitação de obras e serviços de maior vulto — sejam sempre tomadas com consulta à sociedade por meio de audiências pública (AKUTSU; PINHO, 2002, p. 733)

Luchmann (2002) apresenta o OP como exemplo de modelo de participação institucionalizada que resulta de um conjunto de lutas e mobilizações travadas pela sociedade civil, a fim de implementar novos arranjos políticos de caráter democrático. Segundo ela, o OP inclui a população no processo de discussão e definição do orçamento municipal. Dentre as experiências de municípios que colocaram em prática o OP, aponta-se o exemplo de Porto Alegre, criado em 1989.

Lüchmann (2002) analisa que a experiência na cidade tem sido bem sucedida e a retrata como um caso de democracia deliberativa, que é uma das formas de exercício da Democracia Participativa. No ano de 2014, o OP completou 25 anos “de prática ininterrupta” e é referência para o mundo. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU) (apud PORTO ALEGRE, 2015), a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo.

2.3 OBSERVATÓRIOS E O OBSERVAPOA

A informação para a cidadania tem por finalidade possibilitar a formação da própria cidadania. Para tanto, é imprescindível que esta informação seja, de fato, pública. Segundo Almeida Júnior (1999, apud TOMAÉL, 2004, p. 138), as informações públicas,

São informações registradas, destinadas a toda população cujo público-alvo não é conhecido antecipadamente. São informações disseminadas em espaços não privados, visando a formação da cidadania, por isso devem ser disponibilizadas em vários suportes, tais como texto escrito, imagem fixa e em movimento e som.[...] Além dessas características a informação pública visa atender às necessidades informacionais do cotidiano da população.

Segundo Beuttenmuller (2007), os primeiros observatórios apareceram em meados da década de 1990, como resultado da parceria entre universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais, com o objetivo principal de produzir informações relativas às políticas públicas locais e, desta forma, subsidiar a participação e o controle social. O autor informa que, na década de 2000, surgiram os primeiros observatórios governamentais, “possivelmente como uma reação

à demanda por maior transparência dos governos locais pelos cidadãos e atores sociais voltados às políticas públicas”, sendo gradativamente incorporados à máquina governamental, resultando hoje em observatórios em ambas as esferas: na sociedade civil e nos governos locais.

Conforme Beuttenmuller (2007, p. 20), no caso dos observatórios governamentais, seu objetivo é dar maior transparência às ações relacionadas às políticas:

Estes observatórios possuem um caráter diferenciado daqueles localizados na sociedade civil, em que a informação e as análises disponibilizadas pretendem ser alternativa às informações governamentais. Nos observatórios governamentais, por outro lado, as informações sobre as políticas assumem caráter de prestação de contas à sociedade.

Helou Filho e Donadel (200-?) acrescentam que, para que um observatório cumpra finalidades úteis à gestão pública, alguns requisitos são indispensáveis:

a) atualizações constantes dos trabalhos, permitindo que as informações reflitam com precisão a realidade e contribuam para formular, gerir e avaliar; b) análise territorializada, de forma a vincular indicador a um componente espacial, ou seja, uma jurisdição; c) inteligibilidade dos indicadores, ou seja, utilização de índices compreensíveis e comunicáveis; e d) expressão de condições efetivamente importantes para a sociedade a que se volta o Observatório.

Rushel e Helou Filho (2010, p. 9) explicam que:

os Observatórios Urbanos podem converter-se em instrumento importante para estimular o desenvolvimento da Administração Pública nas diversas esferas”, mas que, para isso, “é preciso dotação de mecanismos de motivação e incentivo, com o uso de sistemas de indicadores, pela fixação de metas objetivas e pela comparação de resultados entre organizações governamentais.

A difusão rotineira de informações sobre as políticas públicas é fundamental, pois permite o controle pela população e sua participação. Além disso, a publicização de informações sobre a atuação dos governos pode assumir uma função pedagógica, se for orientada no sentido educativo de esclarecer o que o público deve conhecer de fato, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade civil ativa e participativa (BEUTTENMULLER, 2007, p.26).

O *website* do Programa Cidades Sustentáveis² cita, como iniciativas brasileiras de observatórios municipais, o Observatório Social do Brasil, da cidade de Maringá, no Paraná, em 2005, “após o município vivenciar um escândalo de corrupção na administração pública, na década de 2000; [...] em seu primeiro ano, o observatório, por meio de suas ações, conseguiu gerar uma economia para o município de R\$ 9,5 milhões” (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2014, p. 15) e o observatório da cidade de São Paulo (ObservaSampa), criado em 2014, que se “insere também na iniciativa São Paulo Aberta”, onde “visa a integrar e articular as ações e políticas públicas voltadas para o aumento da transparência, o aprimoramento da participação social, o fomento à inovação tecnológica e o fortalecimento da integridade pública” (OBSERVASAMPA, 2015).

Outro exemplo é o ObservaPOA. Sua criação, em 2006, objetivou o acompanhamento dos processos de democracia participativa desenvolvidos na cidade (OBSERVAPOA, 2009). Furtado (2007, p. 1) acrescenta que o ObservaPOA tem como objetivo:

Disponibilizar e disseminar o conhecimento sobre a cidade através da construção de uma ampla base de informações georeferenciadas qualificando a tomada de decisões do cidadão nos processos de participação da cidade (conselhos setoriais, Orçamento Participativo, Fóruns de Planejamento e Governança Solidária Local), como também, acompanhar esses processos com o intuito de conhecer o impacto, as influências e relações que eles podem ter nas condições de vida e na eficácia, transparência e descentralização da gestão pública.

Para Furtado (2007, p. 2), a ideia da constituição do ObservaPOA desenvolveu-se a partir do projeto “Observatórios Locais de Democracia Participativa”, financiada pelo programa Urb-Al³. A proposta inicial foi de acompanhar as experiências locais de democracia participativa, com o intuito de propiciar informações e estudos “que permitam conhecer e avaliar comparativamente a qualidade do desenvolvimento das múltiplas formas de democracia participativa pelas cidades envolvidas no projeto”. As cidades participantes são Barcelona, Buenos Aires, Donostia, El Bosque, Sant Denis, La

² Programa da Rede Nossa São Paulo, da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, que oferece uma plataforma que funciona como uma agenda para a sustentabilidade, incorporando de maneira integrada as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural e abordando as diferentes áreas da gestão pública em 12 eixos temáticos. <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>.

³ Criado em 1995, desponta como resposta à necessidade de aplicar uma abordagem descentralizada às relações internacionais. Para que o intercâmbio de experiências e a transferência recíproca de conhecimento possam ser efetivados, o programa Urb-AL é aberto à participação das autarquias locais da União Européia e da América Latina. O programa está organizado em torno de redes de cooperação, constituídas segundo uma base temática, com vistas a resolver problemas concretos de desenvolvimento urbano local. O Observatório Local de Democracia Participativa foi uma proposta a Rede 3 - Democracia na Cidade, a partir do Observatório Internacional de Democracia Participativa, coordenado por Barcelona (FURTADO, 2007, p.1).

Paz e São Paulo e Porto Alegre. Deste modo, no contexto do programa Urb-AI, os observatórios “surgem como instrumentos de disseminação de informações, espaços de interação, gestão compartilhada da informação, análise e promoção de experiências que propiciem o aprofundamento da democracia participativa”.

A estrutura do observatório é composta por: a) Conselho Gestor, que funciona como instância consultiva do ObservaPOA. É composto por representantes das universidades, do governo estadual, do governo municipal, do OP, do Fórum dos Conselhos Municipais e dos meios de comunicação. Os temas considerados passíveis de aprofundamento são remetidos ao Comitê Técnico para viabilidade de estudos; b) Comitê Técnico, composto pelo governo municipal, universidades e institutos de ensino e pesquisa e tem a responsabilidade de construir a base teórico-metodológica do observatório. Também é o responsável pela análise das propostas advindas do Conselho Gestor e proposição de indicadores, pesquisas e tem as encaminhando a execução. Esse Comitê, juntamente com o Conselho Gestor, poderá constituir Grupos de Trabalho, tendo a prerrogativa de convidar especialistas nos temas em relevo, representantes dos Conselhos Municipais e das temáticas do OP com o intuito de discutir, propor e analisar demandas e estudos; c) Secretaria Executiva, cuja responsabilidade é do governo municipal. Tem a função de organizar os recursos humanos, materiais e dos serviços necessários ao funcionamento do observatório, bem como a manutenção do Portal (FURTADO, 2007).

Beuttenmuller (2007, p. 87) considera que “os observatórios se utilizam vários recursos para disponibilizar a informação de forma simplificada e útil ao cidadão”; e prossegue: “os indicadores são um dos principais instrumentos utilizados, tanto por observatórios governamentais, como da sociedade civil, e o crescimento de sua importância está relacionado ao contexto internacional e nacional”.

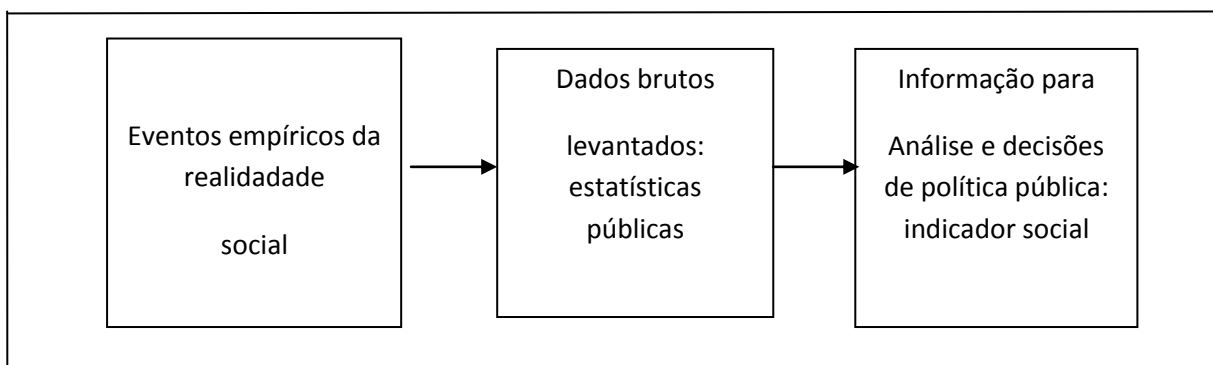
O autor frisa que os observatórios devem ter credibilidade e produzir informação de qualidade (indicadores, análises críticas e diagnósticos) fundamentada por métodos científicos, sem, no entanto, se envolver na produção de dados primários, e servindo aos tomadores de decisão do setor público.

Furtado (2007, p. 8) conclui que a criação do ObservaPOA buscou minimizar a fragmentação da informação e do conhecimento na cidade, potencializando iniciativas de cooperação em busca de objetivos comuns e criando um ambiente propício para a construção de indicadores e índices que acompanhem e avaliem a democracia participativa e a qualidade de vida em Porto Alegre.

2.4 INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais, de acordo com Januzzi (2009), são instrumentos para um efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público. O autor esclarece que o que diferencia a estatística pública do indicador social é o conteúdo informacional presente, isto é, o “valor contextual” da informação disponível neste último. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do governo. Desta forma, eles possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social.

Quadro 1 – Processo de agregação de valor informacional do indicador



Fonte: Januzzi, (2009, p. 16)

Um indicador é fruto de diferentes dados resultantes de estatísticas brutas; o indicador social tem uma natureza intrinsecamente normativa. Conforme Januzzi (2009), as propriedades desejáveis de um indicador são as seguintes:

- a) Relevância social;
- b) Validade de constructo: capacidade de refletir de fato o conceito abstrato a que o indicador se propõe a operacionalizar
- c) Confiabilidade: relacionado à qualidade do levantamento de dados.
- d) Outras propriedades desejáveis dos indicadores: grau de cobertura, sensível, reprodutível, comunicável, atualizável periodicamente, a custos justificáveis, amplamente desagregáveis em termos geográficos, sócio-demográficos e gozar de certa historicidade.

Quanto à proveniência dos indicadores, o sítio Programa Cidades Sustentáveis (2014) esclarece que aqueles que não são obtidos através da administração municipal. Podem ser extraídos de diferentes órgãos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Previdência Social e das Cidades e a Secretaria do Tesouro Nacional, de âmbito federal, ou de órgãos estaduais, como a Fundação de Economia e Estatística (FEE), no caso do Estado do Rio Grande do Sul, bem como através de outras instituições, tais como universidades, centros de pesquisas e organizações não governamentais.

O Programa Cidades Sustentáveis (2014, p.13) enumerou algumas fontes para obtenção de indicadores em vários níveis do governo, onde também consta a informação do indicador por ele produzido. A lista é apresentada da seguinte forma:

Órgãos Nacionais:

- 1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br. Indicadores sociais (renda, população, analfabetismo e alfabetização, desemprego etc.) e bens naturais (abastecimento público de água potável, rede de esgoto, informações topográficas etc.);
- 2) Comitê Gestor da Internet, ligado ao Ministério das Comunicações e ao Ministério de Ciências e Tecnologia: <http://www.cgi.br/>. Indicadores de tecnologia (domicílios com acesso à Internet);
- 3) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): www.inep.gov.br. Indicadores de educação, índice de desenvolvimento da educação básica, exame nacional do ensino médio, taxa de analfabetismo, matrículas em curso superior, ensino superior concluído;
- 4) Instituto Nacional de Meteorologia: www.inmet.gov.br. Indicadores de variáveis meteorológicas;
- 5) Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus): www.datasus.gov.br. Indicadores de saúde (nascidos vivos, doenças epidemiológicas) e equidade (agressão a crianças e adolescentes);
- 6) Secretaria do Tesouro Nacional: www.stn.fazenda.gov.br. Transferências de recursos, execução orçamentária, receitas e despesas municipais;
- 7) Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br. Indicadores urbanos e de saneamento e déficit habitacional;
- 8) Ministério da Previdência Social www.mpas.gov.br. Benefícios e auxílios concedidos, contribuintes, acidentes de trabalho;
- 9) Ministério do Desenvolvimento Social: www.mds.gov.br. Indicadores de pobreza e indigência e acesso aos programas de transferência de renda;
- 10) Ministério do Trabalho: www.mte.gov.br. Estatísticas mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e Relação Anual de Informações Sociais.

Órgãos Estaduais:

- 1) Companhias Estaduais de Saneamento. Indicadores ambientais (perda de água tratada, rede de esgoto sem tratamento, consumo total de água);
- 2) Empresas concessionárias de distribuição de energia no estado. Indicadores de economia local e consumo (eficiência energética, consumo total de eletricidade per capita);
- 3) Secretarias estaduais de todas as áreas. Como exemplo, a Secretaria Estadual de Segurança Pública, para avaliar indicadores de violência, equidade e justiça social (homicídios, roubos), ou Secretaria Estadual de

Educação, para avaliar indicadores de educação (acesso à internet nas escolas, escolas públicas com esporte educacional, jovens com ensino médio concluído);

4) Fundações de pesquisa vinculadas ao governo que sejam referenciadas e tenham credibilidade;

5) Órgãos estaduais de estatística: www.anipes.org.br. Pelo site da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística pode-se acessar os órgãos estaduais e as informações dos mesmos.

Órgãos Municipais:

1) Secretarias municipais de todas as áreas: Meio Ambiente, Saúde, Transportes, Educação, Cultura, Esportes, Planejamento, Serviços, dentre outras. Cada secretaria deve se responsabilizar pela construção dos indicadores cabíveis em sua área de atuação.

Há diferentes formas de classificar os indicadores. Uma opção bastante comum é classificá-los como analíticos ou sintéticos. Neste sentido, indicadores analíticos “têm a função de analisar questões sociais e são muito utilizados pela gestão pública na fase de elaboração do diagnóstico da realidade local (como taxa de evasão escolar, de mortalidade infantil ou de desemprego)”, enquanto os indicadores sintéticos “sistemizam várias dimensões da realidade econômica e/ou social em uma mesma medida” (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2014, p.11). Como exemplo, o sítio cita o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per *capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Outra forma de classificação de indicadores é a temática. Jannuzzi (2009) os classifica do seguinte modo: indicadores demográficos e de saúde, educação e cultura, mercado de trabalho, habitacional e de infraestrutura urbana, qualidade de vida e meio ambiente, político-sociais e de opinião pública. Nesta classificação, o autor apresenta o indicador principal, e na sequência, os indicadores (ou subindicadores) que se ramificam a partir dele. Alguns subindicadores exibem observações e informações adicionais, conforme descrição de Januzzi (2009). Segue exemplo:

Indicadores demográficos e de saúde	{	Taxa de fecundidade (Número médio de filhos ou taxa de prevalência de métodos contraceptivos).
-------------------------------------	---	---

A partir da listagem proposta por Jannuzzi (2009), foi elaborado um quadro informativo de indicadores e subindicadores (Anexo A), que serviu de instrumento de avaliação deste estudo.

2.5 AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Avaliar a qualidade da informação é uma tarefa complexa. Segundo Oleto (2006), a qualidade da informação é um constructo de complexo entendimento, principalmente quando se busca avaliá-lo, e, portanto, ainda não existe uma forma consolidada de conceito de qualidade da informação. Segundo ele:

[...] a ciência da informação faz tentativas de estudos da qualidade da informação em uma dicotomia que se revela na literatura em abordagens que tendem a avaliar os sistemas de informação (a qualidade sendo um desses critérios de avaliação) a partir do próprio sistema (avaliando seu projeto, conteúdo, atendimento ao usuário), mais propícia à operacionalização dos conceitos e mais voltada para aspectos objetivos, baseada no produto, e abordagens que tendem a avaliar os sistemas de informação a partir de considerações centradas na pessoa e enfocando aspectos mais subjetivos, com base no usuário. (OLETO, 2006, p. 58)

A fim de analisar a qualidade da informação, no que concernem os aspectos mais objetivos baseados no produto, ou seja, no próprio sistema de informação, Oleto (2006) lista os seguintes critérios: abrangência, acessibilidade, atualidade, confiabilidade, objetividade, precisão e validade. Paim, Nehmy e Guimarães (1996) classificam a qualidade da informação, categorizando-a de acordo sua dimensionalidade, denominando atributos intrínsecos aqueles valores inerentes à informação, que incluem dimensões como validade, confiabilidade, precisão, completeza, novidade, pertinência, atualidade, significado através do tempo, abrangência, as quais mantêm entre si uma estreita inter-relação. Sobre a definição destes valores, Paim, Nehmy e Guimarães (1996, p. 116) explicam que:

“[...] a completeza implica a inclusão de todos os dados necessários, relativos a um determinado problema, [...] a atualidade implica consonância com o ritmo de produção da informação, ou seja, opõe-se a obsolência [...] e a abrangência diz respeito ao volume de dados necessários para que a informação se torne eficaz, nem muito, nem pouco [...]”.

Tomaél (2008) esclarece que “a avaliação dos aspectos intrínsecos está diretamente relacionada aos conteúdos disponibilizados pelas fontes de informação na Internet, e analisa a qualidade do conteúdo da informação associada às necessidades de um usuário ou uma comunidade de usuários”. Os critérios definidos como intrínsecos

para a autora são: precisão, clareza, objetividade, consistência e relevância, atualização, integridade e alcance; dentro destes critérios. Ela detalha cada um dos critérios: a cobertura, dentro do critério “consistência e relevância”, refere-se à inclusão de toda a informação a que se propõe; a completeza, pertencente ao critério “integridade”, se refere aos elementos necessários que compõem a informação, que devem estar presentes, e a atualização, considerada o próprio critério.

Villela (2003), por sua vez, propôs os seguintes parâmetros para analisar o conteúdo da fonte de informação: abrangência/propósito; cobertura; atualidade; metadados; correção; autoridade e objetividade. Por possuírem certa semelhança, ela uniu os parâmetros abrangência/propósito e cobertura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2009), o planejamento da pesquisa exploratória possibilita a consideração dos mais variados aspectos relacionados ao fato estudado. No caso das pesquisas descritivas, Gil (2009) aponta que uma das características significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários, formulários e observação sistemática. No caso deste estudo, foram utilizados os dois últimos instrumentos.

A unidade de análise básica escolhida foi o *site* do ObservaPOA (www.observapoa.com.br), em sua versão mais recente. O estudo foi iniciado com a avaliação da qualidade do conteúdo, considerando a totalidade do *site*, isto é, todos os menus de conteúdo e níveis de navegação. Para iniciar o estudo, foi realizada uma exploração, a fim de identificar o conteúdo disponibilizado, desde a página inicial⁴, considerada o primeiro nível, até o terceiro nível, de acordo com a metodologia proposta por Vilella (2003). Uma vez que o objetivo da pesquisa foi analisar apenas o conteúdo informacional interno, ressalta-se que foram considerados para avaliação apenas os *links* que direcionassem para conteúdo do próprio observatório, desconsiderando os conteúdos externos.

Para proceder à avaliação, foi utilizada uma lista similar de critérios àquela aplicada no estudo de Vilella (2003, p. 100), no qual os parâmetros de qualidade compreendem os itens abaixo descritos:

- 1) Abrangência/Cobertura e Propósito:
 - a) uma visão geral do portal é oferecida: propósito/missão do portal, apropriados à missão geral da entidade/órgão;
 - b) o escopo do portal está claramente colocado: tipo e origem da informação, público, datas de cobertura, etc;
 - c) os serviços e informações oferecidos estão descritos no portal;
 - d) existem links para outras fontes de informação sobre os assuntos abordados;
 - e) existe indicação de que o conteúdo está disponível em outros idiomas.
- 2) Atualidade:
 - a) conteúdo está atualizado. Isso pode ser avaliado através das datas de última atualização das páginas e também buscando por informação que se sabe que foi tornada disponível recentemente;
 - b) datas da última atualização aparecem nas páginas de conteúdo mais substantivo.

⁴ Considera-se que o primeiro nível é a *homepage* do portal; o segundo nível em diante, as páginas exibidas como resultado do acesso a um link clicado.

Para a avaliação, cada critério recebeu uma forma de aferição por parte do avaliador:

a) Satisfatório, quando as características do item estão presentes de forma explícita no primeiro nível do site, ou seja, na página inicial;

b) Parcialmente satisfatório, quando os itens não estão explícitos na página inicial, ou seja, é necessário explorar além do segundo nível (alternativamente, quando a ação de navegação demande mais de dois cliques, como no caso de entrada de dados e submissão de formulários), para se obter a informação desejada;

c) Insatisfatório, quando o conteúdo não está presente.

Para determinar o resultado do estudo, isto é, é considerado de qualidade em relação ao seu conteúdo, estima-se como: satisfatório, quando a maioria dos critérios for avaliada como satisfatória; parcialmente satisfatório, quando a maioria dos resultados for “parcialmente satisfatória”; “insatisfatória”, se a maioria dos critérios não atingir nenhuma das avaliações anteriores. Os resultados foram apresentados de forma descritiva e qualitativa, descrevendo as análises de cada nível explorado, a fim de aplicar os critérios de avaliação e, posteriormente, serem apresentados os resultados finais.

Na etapa seguinte, na qual foi analisada a atualização e a cobertura (ou completeza) dos indicadores, primeiramente, foi realizado um levantamento dos indicadores disponibilizados no ObservaPOA (Anexo A). Após, foram verificadas as datas de atualização de cada indicador encontrado, tendo como referência o intervalo das eleições municipais, uma vez que foi considerado o período de aplicação das Políticas Públicas adotadas conforme respectivas gestões municipais.

Assim sendo, para avaliar a atualização, considerou-se como: “satisfatória”, quando esta ocorreu a partir de 2012, “parcialmente satisfatória” com maioria dos indicadores atualizados entre 2008 e 2011 e “insatisfatória” os que apresentavam a maioria das atualizações anteriores a 2007. O resultado foi exibido através de gráficos demonstrativos da quantidade de indicadores relacionada ao ano de atualização, considerando todos os indicadores, bem como identificação de quais tipologias atingiram avaliação considerada satisfatória, parcialmente satisfatória e insuficiente – também demonstrados graficamente.

Para iniciar a avaliação do critério de cobertura, foi realizado levantamento dos indicadores, conforme a tipologia descrita por Jannuzzi (Anexo A) e uma listagem de indicadores contidos no *site* do Observatório da cidade de SP, o ObservaSampa

(Anexo B). Da mesma forma, foi elaborado um quadro onde estão relacionados os indicadores encontrados no ObservaPOA (Anexo C), bem como eventuais subindicadores. Para o estudo comparativo, foi necessário, primeiramente, adequar alguns indicadores que se repetiam em diferentes temas, realocá-los ou subdividi-los, quando se tratava de um tema composto, como, por exemplo, “Indicadores Demográficos e de Saúde”, da listagem de Jannuzzi. Todas as adaptações foram esclarecidas ao longo do capítulo de apresentação e análise de dados.

O estudo foi iniciado pela observação da listagem de Jannuzzi e do ObservaPOA, onde, além do comparativo entre a quantidade de indicadores encontrados em cada tema, foi observado o teor dos indicadores, a fim de verificar quais eram faltantes no ObservaPOA. O mesmo ocorreu com a segunda análise, entre os observatórios de Porto Alegre e São Paulo. A razão da escolha destas fontes para o estudo comparativo é o reconhecimento de Jannuzzi como autor especializado em indicadores sociais, verificado pelo alto índice de citações, de acordo com o Google Acadêmico. A escolha pelo Observatório de SP para a segunda etapa do estudo comparativo se deveu ao fato de o ObservaPOA e o ObservaSampa possuírem similaridades, serem observatórios municipais de capitais estaduais de grande porte, vinculados às suas respectivas administrações municipais, e estarem ativos e operando.

Para a coleta destes dados, foi utilizado um formulário de avaliação, onde consta o tema em que estão inseridos os indicadores, e eventuais subindicadores. Os resultados deste estudo foram descritos de forma qualitativa e quantitativa, evidenciando quais indicadores possuem maior completude, e verificando se há indicadores identificados por Jannuzzi e pelo ObservaSampa não contemplados no *site* do ObservaPOA.

Para esta etapa, foram estabelecidos os seguintes critérios de avaliação:

- a) Satisfatório: presença de mais de 70% dos indicadores no *site* do ObservaPOA, se comparados com os apresentados por Jannuzzi e, após, com os presentes no ObservaSampa;
- b) Parcialmente satisfatório: presença maior que 50% e menor que 70% dos indicadores no *site* do ObservaPOA, se comparados a cada fonte descrita acima;
- c) Insatisfatório: presença menor que 50% dos indicadores no *site* do ObservaPOA, em comparação a cada uma das fontes do primeiro item.

Para a comparação dos indicadores do ObservaSampa, foi elaborado um quadro (Anexo B), com todos os indicadores encontrados e realizada uma seleção daqueles que fizeram parte do estudo. Diferentemente do quadro de Jannuzzi, o Observatório de SP possuía indicadores com especificidades conforme as Políticas Públicas daquele município, mas que não se enquadrariam em um estudo comparativo, por apresentarem particularidades, caso do tema “Programa de metas 2013-2016”.

Para apresentação dos resultados, os dados foram exibidos separadamente, ou seja, análises entre os indicadores de Jannuzzi e o ObservaPOA, assim como um segundo quadro demonstrativo, entre os observatórios de Porto Alegre e São Paulo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de pesquisa relatados anteriormente. Na primeira etapa, foi realizada avaliação da qualidade do conteúdo do *site* no todo, e posteriormente, foi averiguada a qualidade de cobertura dos indicadores pertencentes ao ObservaPOA, de forma comparativa com listagens de indicadores de autoridade especialista no assunto e de indicadores disponibilizados por outro observatório municipal, o ObservaSampa.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO DO OBSERVAPOA

4.1.1 Primeiro nível (página inicial)

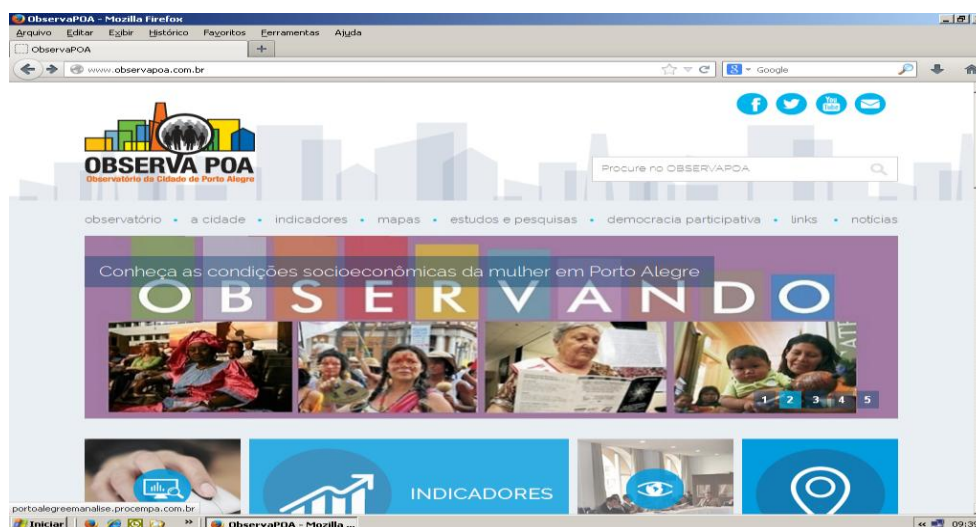
O portal do ObservaPOA foi acessado através da URL www.observapoa.com.br. A pesquisa foi iniciada em 10/04/2015, com a observação e coleta das informações necessárias para avaliar os critérios relacionados ao conteúdo da informação presente no *site*. Para a avaliação dos critérios, foi realizada uma análise descritiva do conteúdo, desde a página inicial (primeiro nível) até o último nível possível de ser acessado, bem como a forma como este conteúdo está disponibilizado, a fim de aplicar a análise de cada critério.

Na página de abertura, a identificação do logotipo do ObservaPOA aparece no campo superior esquerdo, seguida da informação “Observatório da Cidade de Porto Alegre”. No entanto, não está explicitado na página inicial o propósito ou missão do *site* e não há indicação de seu escopo. A interface é mista, composta por *links* identificados com palavras, ícones e quadros. No campo superior direito, são mostrados ícones que direcionam para redes sociais, como o *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *e-mail*, seguido de um campo para buscas. Logo abaixo, ao centro, está o menu para navegação, onde constam itens, representados através dos termos: “Observatório”, “A cidade”, “Indicadores”, “Mapas”, “Estudos e Pesquisas”, “Democracia Participativa”, “Links” e, por último, “Notícias”.

Ao centro da tela inicial, em destaque, aparecem quadros (Figura 1), dos quais o primeiro é móvel, destacando notícias e atualidades relacionadas ao ObservaPOA, como a publicação mais recente do observatório, a Revista Observando, e

a análise do Seminário Porto Alegre em Análise, que ocorreu no ano corrente. No momento da análise, foram identificadas cinco notícias disponibilizadas através deste quadro móvel.

Figura 1 - Página inicial do ObservaPOA



Fonte: ObservaPOA, (2015)

Abaixo deste quadro principal, aparecem sete quadros menores, alguns dos quais identificados apenas por ícones, sendo necessário passar o *mouse* sobre o local para identificar a informação ali disponibilizada; outros possuem ícone e a identificação das informações contidas no *link* (Figura 2).

Figura 2 – disposição dos quadros na Página Inicial do ObservaPOA

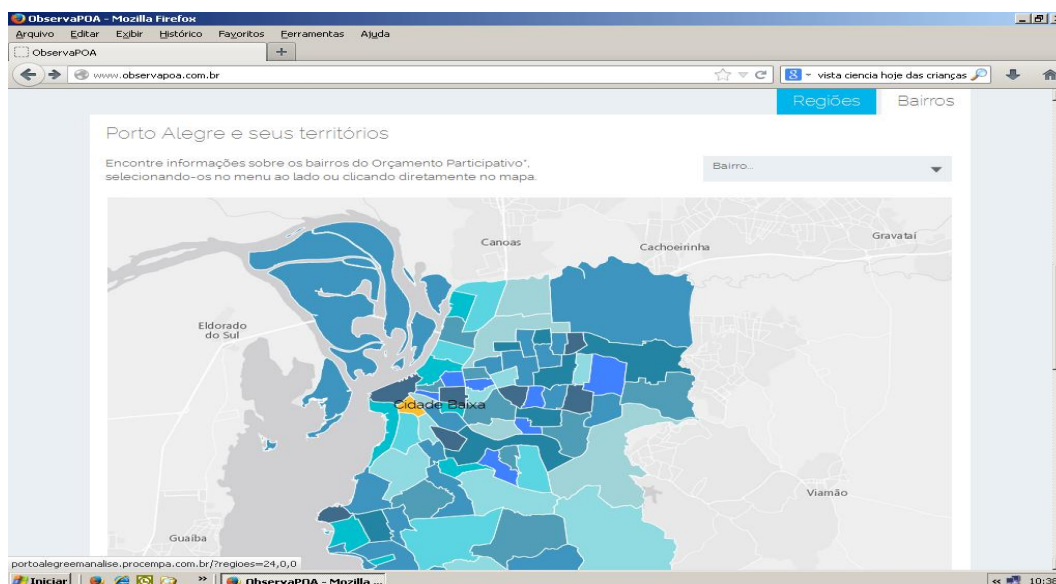


Fonte: ObservaPOA, 2015

Na posição central-inferior, é disponibilizado um mapa de “Porto Alegre e seus territórios”, onde é possível visualizar a divisão por regiões ou bairros, que são

identificados ao clicar o *mouse* sobre a imagem (Figura 3). Clicando em cada região ou bairro, o usuário é direcionado para a página do Porto Alegre em Análise, onde aparecem informações de indicadores conforme região ou bairro escolhido da página anterior.

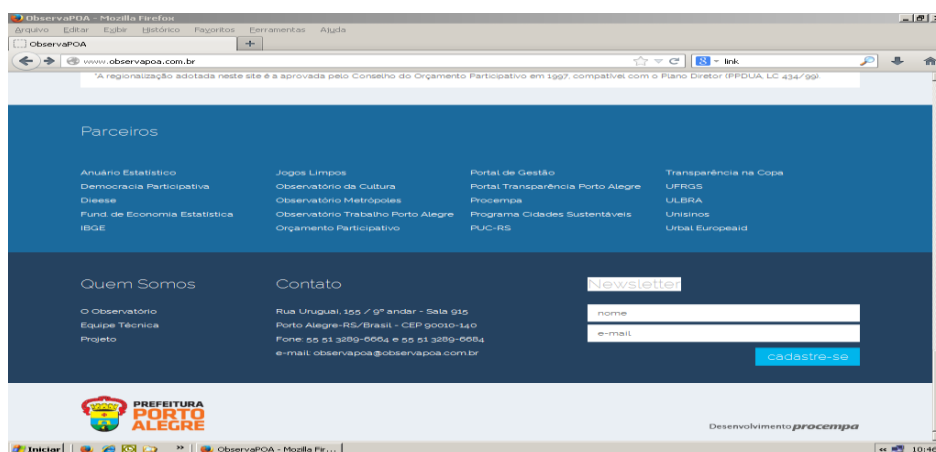
Figura 3 – Na página inicial, mapa “Porto Alegre e seus territórios”



Fonte: ObservaPOA, 2015

No rodapé, estão elencados os “parceiros” do ObservaPoa, sem explicitar o tipo de parceria que cada um. Abaixo, encontra-se o *link* “Quem somos”, constituído por contatos de endereço, telefone e *e-mail*, e um campo onde o usuário pode cadastrar seu *e-mail* para receber o boletim informativo eletrônico do observatório (Figura 4). Ao final do rodapé, no campo inferior esquerdo, consta o logotipo da Prefeitura de Porto Alegre.

Figura 4 – Rodapé do ObservaPOA



Fonte: ObservaPOA, (2015)

4.1.2 Segundo nível

A partir do segundo nível da *homepage*, foram analisados, no canto superior direito, os *links*: a) do *Facebook*, que direcionava para a página do Observatório nesta rede social, com postagens relacionados ao órgão, datadas de abril de 2015; b) o ícone seguinte, do *Twitter*, que também possui postagens de abril do mesmo ano; c) ícone do *YouTube*, que inicia com lista de vídeos datados de dois anos atrás.

A seguir, foi analisado o conteúdo das abas superiores, a fim de averiguar quais informações continham. Na primeira aba, **Observatório**, é possível identificar um rápido esclarecimento sobre o Observatório, bem como sua consonância com os objetivos da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), mas sem fornecer maiores informações sobre este órgão. Neste mesmo *link*, constam informações sobre os integrantes da equipe técnica e *link* do projeto do observatório, datado de 2005.

Clicando em **A cidade**, aparecem informações sintetizadas sobre o município, desde genéricas, como data de fundação e população, até temáticas como saúde, educação, entre outros. Ao final deste quadro, foi identificada a informação sobre sua data de atualização – dezembro de 2014.

Em **Indicadores** (figura 5), são disponibilizados outros *links*, que serão analisados na descrição do terceiro nível do *sítio*. Ao lado, está disponível a aba “Mapas”; clicando nele, aparece o título “Territorialização da cidade” e, logo abaixo, “Tutorial sobre mapas no ObservaPOA”, seguido de outros *links* logo abaixo, como “Cidade de Porto Alegre sem contornos”, “Bairros do Orçamento Participativo”, além de *links* sugeridos.

Na próxima aba, **Estudos e Pesquisas**, são disponibilizados trabalhos e estudos sobre a cidade, no entanto, sem ter exatamente um ordenamento identificado. Alguns trabalhos são seguidos por um ano de publicação, mas estes representam uma minoria. As informações de autoria dos estudos e pesquisas e as relativas ao conteúdo sumarizado de cada também são escassas.

Clicando em **Democracia Participativa**, novamente surge uma lista de caminhos possíveis de serem acessados, através de outro *click*. Na aba *links*, são disponibilizados *sítios* relacionados ao tema observatório. Por fim, a última aba, **Notícias**, traz um breve noticiário relativo ao observatório, cuja primeira notícia, “Conheça a situação demográfica e socioeconômica da população idosa de Porto Alegre”, é datada de 2015.

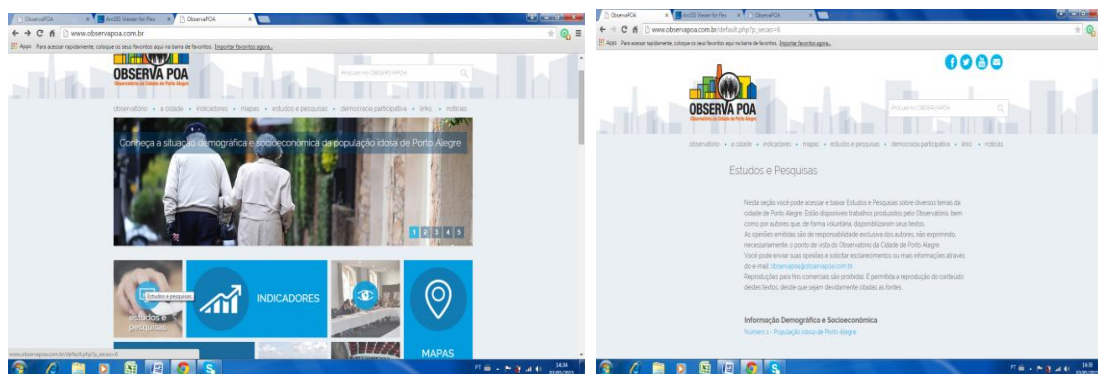
Figura 5 – Lins disponíveis na aba “Indicadores”



Fonte: ObservaPOA, 2015

O próximo passo foi verificar se as informações contidas nos quadros localizados ao centro da página inicial correspondiam aos caminhos das abas superiores de mesmo nome, isto é, “Estudos e pesquisas”, “Indicadores” e “Mapas”. O primeiro, de “Estudos e pesquisas”, direcionou para o mesmo conteúdo tanto acessando pelo quadro, quanto pela aba superior (FIGURA 6).

Figura 6 – Links direcionam para o mesmo conteúdo



Fonte: ObservaPOA, (2015)

No item seguinte, “Indicadores”, houve divergência quando ao conteúdo obtido ao clicar no *link* superior e no quadro, como mostra a figura 7. Desta forma, clicando uma vez sob o quadro, é direcionado para o Porto Alegre em Análise, onde se obtêm as informações sobre os indicadores, mapas dos bairros, e cruzamento de informações relacionadas ao assunto. Porém, quando se clica no superior de mesmo nome, aparecem cinco opções diferentes de *links*, sendo o quinto e último identificado

como “Porto Alegre em análise”, que é antecedido por “Atlas do Desenvolvimento Humano”, “Censo Demográfico”, “Notas metodológicas” e “Mapa Temático”.

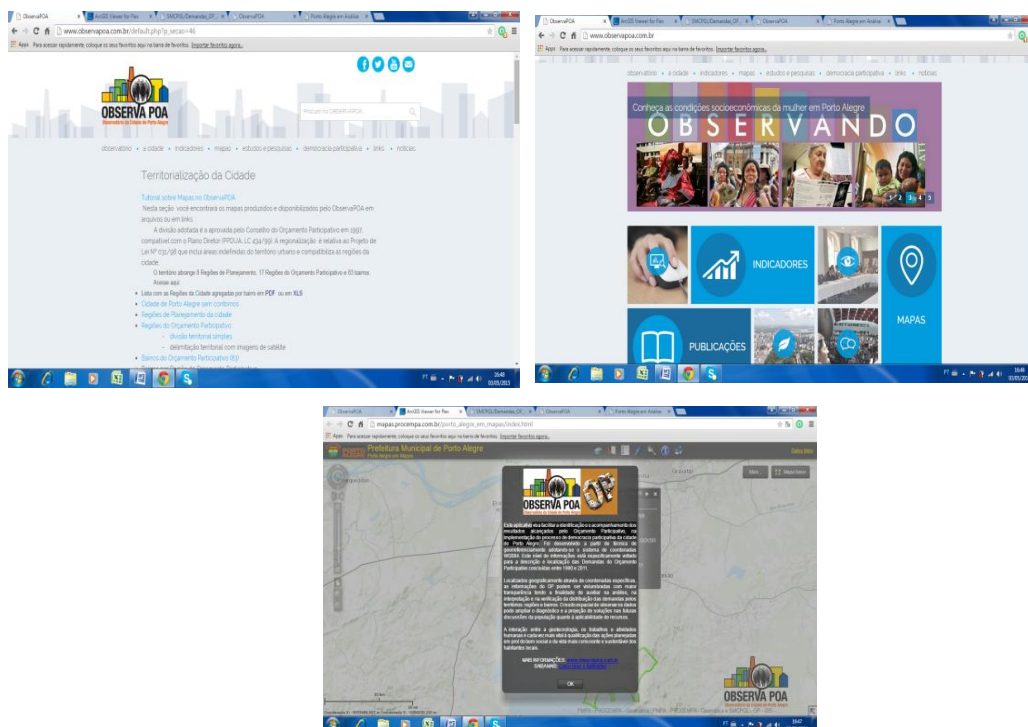
Figura 7: *Links* direcionam para conteúdos diferentes



Fonte: ObservaPOA, 2015

Ao lado, o quadro “Mapas” (FIGURA 8) possui a mesma discrepância de conteúdo em relação ao da aba superior de mesmo nome. Neste, o usuário é direcionado para um aplicativo que “visa facilitar a identificação e o acompanhamento dos resultados alcançados pelo OP, na implementação do processo de democracia participativa da cidade de Porto Alegre”. Segundo informado, há também um caminho “saiba mais”.

Figura 8 – Resultado de diferentes *links* para o mesmo termo “mapa”



Fonte: ObservaPOA, 2015

O próximo passo foi verificar os quadros em que não se repetiam os termos na aba superior. O primeiro quadro analisado, “OIDP para América Latina”, direcionou para o *sítio* externo do Observatório Internacional da Democracia Participativa – este conteúdo não foi avaliado. Prosseguindo, foi explorado o de “Publicações”, que direcionou para o periódico “Observando”, página onde as capas de cada fascículo são organizadas verticalmente, iniciando com o fascículo mais atual. Para acessar o conteúdo, é necessário clicar em cada capa, que é onde consta a data de cada número do periódico. O próximo quadro, “Cidades Sustentáveis”, direciona para informações sobre o Programa, disponibilizando *link* externo e outros com informações complementares (indicadores de Porto Alegre, publicação do [Programa] Cidades Sustentáveis, íntegra da carta de compromisso dos candidatos a prefeito e Plano de Metas de Porto Alegre). Logo abaixo, existem *links* de notícias, relacionadas com o Programa, antecedido da data da notícia. A data mais atualizada era de 17/10/2014.

O último quadro, denominado “OP”, encaminha para *links* relacionados a ele (figura 9), como seu *sítio* oficial, mapas de demandas 2014/2015, planos de investimento 1991/2014, assim como para *download* de livro sobre o OP.

Figura 9: resultado do link “OP”



Fonte: ObservaPOA, 2015

O último caminho disponibilizado no segundo nível é o de Porto Alegre e seus territórios, que mostra o mapa da cidade, com a opção de apresentação por região do OP ou por bairros.

4.1.3 Terceiro nível

A partir das abas posteriores, foram explorados os conteúdos disponíveis do terceiro nível.

No link **Observatório**, é disponibilizado o projeto do ObservaPOA, datado de 2005. Na aba “cidade”, é apresentado um gráfico com os principais indicadores segundo o tema, com informações de dezembro de 2014. Na aba “Indicadores”, a primeira opção direciona para o Atlas do Desenvolvimento Humano, onde é disponibilizado *download* de material sobre o assunto, bem como para o próprio Atlas, publicado em 2008.

O segundo *link* a partir de **Indicadores** é o Censo Demográfico do IBGE, datado de 2010. Nesta página, são listados temas como religião, pessoas com deficiência, trabalho, entre outros, os quais direcionam para notícias de cada tema – a data de atualização destas informações é em sua maioria de 2012, e uma de 2011. O seguinte, **Notas metodológicas**, remete para outros canais, como “características”, “direitos de uso”, “sistema de informações municipais” e “territórios”.

O último, **Porto Alegre em análise**, direciona para o *site* onde são disponibilizadas as informações sobre os indicadores, metas, cruzamentos, possibilidade de consulta por bairros ou região, análises comparativas entre cidades, manual sobre a ferramenta metodologia de disponibilização de indicadores (quanto ao sentido da classificação, temas, representação gráfica, análises comparativas intraurbanas, cruzamentos, metas, etc.), fontes e créditos (fontes dos dados utilizados nos cálculos dos indicadores) e seção de perguntas e respostas.

A partir da aba mapas, que direciona para “territorialização da cidade”, é disponibilizado um tutorial no *YouTube*, de janeiro de 2015, sobre os mapas do ObservaPOA. Em “estudos e pesquisas”, são disponibilizados trabalhos por área temática: o primeiro, sobre a população idosa de Porto Alegre, data de 2015; o segundo, sobre o mapa da segurança pública, de 2014. Deduz-se que as publicações seguem ordem de publicação, da mais atual para a mais antiga, uma vez que o último trabalho da lista, “Pesquisa de vitimização nas regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre”, data de 2006.

4.2 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS ABRANGÊNCIA/COBERTURA E PROPÓSITO

A partir da análise do *site*, segue a apresentação dos resultados da avaliação conforme os critérios propostos.

a) visão geral do portal oferecida: propósito/missão do portal, apropriados à missão geral da entidade/órgão:

Considerado **parcialmente satisfatório**. Na página inicial, não é possível determinar o propósito ou missão do portal, que só é evidenciado a partir do segundo nível.

b) o escopo do portal está claramente colocado: tipo e origem da informação, público, datas de cobertura:

Este critério foi avaliado como **parcialmente satisfatório**. As informações sobre o tipo e origem são exibidas apenas após o segundo e terceiro níveis, fazendo com que o usuário necessite clicar em diferentes *links* para encontrar esta informação. Do mesmo modo, não há nenhuma informação na página inicial quanto a datas de cobertura. Até mesmo no de notícias que aparece na página inicial, não há qualquer indicativo de datas, que poderiam estar visíveis, no momento em que se passa o mouse em cima; a informação de data é aparente após o segundo clique, na página da notícia. Informações importantes, que teriam maior visibilidade e auxiliariam o usuário na busca de informações, tais como tutoriais, perguntas e respostas, metodologias empregadas e fontes utilizadas, se encontram, apenas, no terceiro nível, ou seja, são necessários ao menos dois cliques para se obter a informação.

c) os serviços e informações oferecidos estão descritos no portal:

O critério foi avaliado como **parcialmente satisfatório**, uma vez que as informações sobre o observatório encontraram-se disponibilizadas a partir do segundo nível.

d) existem *links* para outras fontes de informação sobre os assuntos abordados:

Considerado como **satisfatório**, pois, na página inicial existe a possibilidade de ser direcionado aos parceiros do observatório, onde alguns são relacionados com propósitos semelhantes ao ObservaPoa, como o Observatório da Cultura, Observatórios das Metrôpoles, Programa Cidades Sustentáveis, ou que fornecem informações complementares sobre as atividades do mesmo, como o OP, Anuário Estatístico, Portal de Gestão e Portal Transparência. Há também os que direcionam para universidades, como UFRGS, ULBRA e PUCRS.

e) existe indicação de que o conteúdo está disponível em outros idiomas:

Item avaliado como **insatisfatório**. Não foi identificada nenhuma sinalização de conteúdo disponibilizado em outra língua. A disponibilização de conteúdo em diferentes línguas possibilita um maior alcance na divulgação das informações, haja vista que o ObservaPoa surgiu a partir da proposta do Observatório Locais de Democracia Participativa, que também tem como cidades participantes Barcelona, Bueno Aires, Donostia, El Bosque, Sant Denis, La Paz e São Paulo e Porto Alegre.

4.3 AVALIAÇÃO DO CRITÉRIO ATUALIDADE

a) conteúdo está atualizado (isso pode ser avaliado através das datas de última atualização das páginas e buscando por informação disponibilizada recentemente):

Item considerado **parcialmente satisfatório**. No *link* “notícias”, disponível no primeiro nível, não apareceram informações de datas de publicação quando se passa o *mouse* acima. As informações só aparecem a partir do segundo nível, e as mais atualizadas são de 2015.

b) datas da última atualização aparecem nas páginas de conteúdo mais substantivo:

Critério avaliado como **parcialmente satisfatório**, pois, conforme análise desde a página inicial até o terceiro nível acessado foi verificado que informações sobre datas de atualização do conteúdo são fornecidas somente a partir do segundo nível (figura 10).

A partir da análise dos cinco critérios utilizados para avaliar a qualidade da apresentação do conteúdo, conclui-se que o *site* do ObservaPOA foi avaliado como **parcialmente satisfatório**, onde três critérios receberam esta avaliação, seguido de um satisfatório e um insatisfatório.

4.4 ANÁLISE DOS INDICADORES DO OBSERVAPOA

O ObservaPOA totaliza 193 indicadores, divididos em 17 classificações de indicadores principais. Alguns, como os disponibilizados sob o tema “Cidades Sustentáveis”, não foram considerados para o estudo, uma vez que eles se repetem em outros temas e sua inclusão no estudo comprometeria o resultado final. Portanto, foram considerados 182 indicadores, entre 16 diferentes tipologias ou temas.

4.4.1 Critério de atualização dos indicadores

No quesito atualização dos indicadores presentes no ObservaPOA, foi considerado o seguinte critério de avaliação: a atualização dos indicadores a partir do ano da última eleição municipal, ou seja, a partir de 2012, resulta em parecer satisfatório; a atualização destes, no período de 2008 a 2011, parcialmente satisfatório; anterior a 2007, insatisfatório. Os resultados seguem abaixo.

Neste critério, a avaliação global foi considerada **satisfatória**, uma vez que a maioria dos indicadores teve sua última atualização a partir de 2012 (108 de um total de 182 indicadores foram atualizados a partir deste ano, ou seja, 56% dos indicadores estavam nesta situação (QUADRO 3).

Quadro 2: Avaliação da atualização dos indicadores

Indicador	Satisfatório	Parcialmente satisfatório
Assistência Social	X	
Cor/Raça		X
Cultura	X	
Deficiência		X
Democracia Participativa	X	
Desenvolvimento Humano		X
Educação	X	
Eleições	X	
Gênero		X
Infraestrutura		X
Meio Ambiente	X	
Mobilidade	X	
População		X
Renda		X
Saúde	X	
Segurança	X	
Trabalho		X

Fonte: elaborado pela autora (2015)

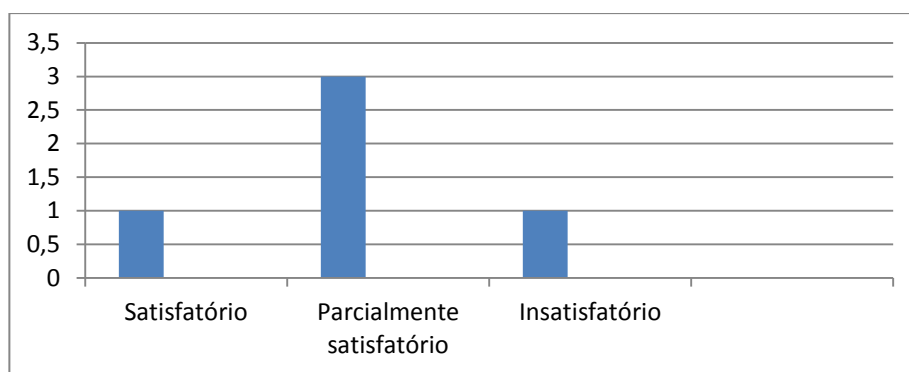
Cabe ressaltar que a origem dos indicadores varia, pois alguns são elaborados pelo próprio município, enquanto outros, por órgãos estaduais e principalmente federais, como o IBGE. Neste caso, o último censo foi realizado em 2010, justificando a atualização de determinados indicadores para este ano, como o Tema População, cujos dados são inteiramente fornecidos por aquele órgão.

A avaliação da atualização pretende traçar um panorama da atualização das informações, entendendo que pode, muitas vezes, não ser de responsabilidade dos municípios. Do mesmo modo, dados que são fornecidos por órgãos municipais, como o

indicador “resíduos domésticos”, pertencente ao tema Meio Ambiente, cujo provedor de dados é o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), foi atualizado pela última vez em 2011; ou, ainda, dados sobre o indicador “comparativo de mortes no trânsito”, do tema Mobilidade, fornecidos pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), datado de 2010.

O gráfico 1 apresenta a quantidade absoluta de indicadores, conforme o ano da última atualização. Nota-se o substancial número de indicadores atualizados no último triênio, o que, em combinação com a ressalva referente aos indicadores de 2010 associados ao censo do IBGE, sugere um bom nível de atualização.

Gráfico 1: indicadores x ano de atualização



Fonte: elaboração própria (2015)

4.4.2 Comparativo entre os indicadores do ObservaPOA e de Jannuzzi

Na segunda etapa, foi realizado um estudo comparativo entre os indicadores descritos por Jannuzzi e os presentes no ObservaPOA. A seguir, são descritos os resultados desta pesquisa comparativa.

O primeiro tema colocado por Jannuzzi é **Indicadores demográficos e de saúde**, que engloba 15 indicadores. Como o ObservaPOA apresenta estes itens de forma separada, como População e Saúde, eles serão analisados considerando estas duas divisões. Para tanto, o grupo de indicadores propostos por ele também foi dividido, a fim de possibilitar a comparação. O autor enumera três indicadores que correspondem a “Demografia” e doze indicadores de “Saúde”. No ObservaPOA, foram identificados doze de “População” e dezenove de “Saúde”, ou seja, o observatório ultrapassa largamente a quantidade de indicadores apontados por Jannuzzi. Entre os indicadores da área “Saúde”, votou-se os relacionados com políticas públicas voltadas para uma

determinada fatia da população, como gravidez em mães negras e casos notificados de AIDS ou tuberculose. No caso do item população, notou-se que os indicadores demográficos apresentados pelo ObservaPOA são mais básicos, com indicadores de população de adultos, homens, crianças, jovens, população negra, em comparação com os apresentados por ele, que denotam maior complexidade, como “carga de dependência de crianças e idosos em relação a população adulta” ou “taxa de crescimento demográfico”, importante para projetar a população futura e que não está incluído no observatório.

O segundo tema mostrado é o de **Educação e Cultura**. Como estes indicadores são expostos separadamente no ObservaPOA, foi necessário dividir em dois principais, de Educação e de Cultura. Após a divisão, cinco indicadores foram considerados pertencentes à Educação e sete à Cultura, totalizando 12. No sítio, foram encontrados 23 indicadores de “Educação”, e dois de “Cultura”. Analisando os itens constantes do indicador Educação, percebe-se informações completas sobre o perfil da área no município, como taxa de abandono, notas do ENEM, IDEB, taxas de analfabetismo, demandas atendidas em escolas de educação infantil, etc., excedendo em número os propostos pelo autor. A grande quantidade da área de Educação pode ser justificada pela prestação de contas de incentivos federais, como concessão de bolsas, implantação de escolas de educação infantil e básica, apoio à alfabetização de jovens e adultos. Quanto ao indicador Cultura, foram encontrados dois indicadores. Quanto à análise dos indicadores, percebe-se que estes não fazem parte da lista de Jannuzzi, a saber: acervo de livros infanto-juvenis e para adultos disponíveis em bibliotecas municipais, indicadores que fazem parte do Programa Cidades Sustentáveis. Os propostos são mais abrangentes, uma vez que considera tiragem de jornais, estações de rádio, tiragem de livros lançados, etc. Neste indicador, o ObservaPOA apresentou uma diferença de 72% a menos em relação ao número de indicadores relacionados por Jannuzzi. Faz-se, porém, a ressalva que diversos indicadores de cultura dizem respeito a dados originários do setor privado, cuja coleta e compilação em uma plataforma pública pode não ser, necessariamente, factível. Sugere-se, neste sentido, a aproximação com associações de classe do setor cultural e de mídia, de forma a viabilizar a inserção de indicadores mais completos relativos à cultura do município.

O seguinte, citado por Jannuzzi, foi **Mercado de Trabalho**. O autor estabelece seis indicadores enquadrados nesta categoria, enquanto que o ObservaPOA denomina a categoria como “Trabalho e Renda”, com dezessete indicadores. Analisando

o perfil dos mesmos, percebe-se que os do observatório consideram, além de elementos característicos, como taxa de desemprego, itens próprios de características de renda, como distribuição de renda, rendimento médio dos responsáveis por domicílio, PIB, população economicamente ativa, etc. A fim de obter um levantamento que possibilitasse a comparação, foi considerada, a soma dos indicadores “Mercado de Trabalho” e “Renda e Pobreza” de Jannuzzi, com os “Trabalho e Renda” do ObservaPOA. Ambos somaram 17 indicadores cada, estabelecendo, assim, uma relação de igualdade em termos de quantidade de indicadores, sem que estes, no entanto, tenham o mesmo conteúdo. O autor cita o rendimento médio do trabalho, proporção de empregados com carteira assinada, enquanto que o *site* relaciona, entre outros, desemprego, distribuição de renda, rendimento dos ocupados, como já observado em indicadores anteriores.

O próximo item da lista é **Indicadores habitacionais e de infraestrutura urbana**, com 18 indicadores, que, no ObservaPOA, encontram-se no item “Infraestrutura”, totalizando 23. Dentre estes, constatou-se que alguns possuíam características em comum, como “abastecimento de água potável” e “acesso à rede de água tratada”, assim como havia itens que não estavam contemplados, como “acesso à rede de serviços públicos”, “disponibilidade de ruas pavimentadas e calçadas”. Por outro lado, alguns itens apareciam no observatório, mas constavam na lista de Jannuzzi, como: “moradias precárias”, “rampa para cadeirante”, “consumo médio de água”, etc. Outra observação é que alguns itens pertencentes a este indicador, como “taxa de mortalidade por acidentes de trânsito” estão incluídos no indicador “Mobilidade” no observatório.

Quanto ao tema **Qualidade de vida e Meio Ambiente**, mencionados por Jannuzzi, oito são relacionados ao “Meio Ambiente” e sete à “Qualidade de vida”. No ObservaPOA, foram identificados 11 itens para este último indicador; não há qualquer designação para o termo “qualidade de vida”.

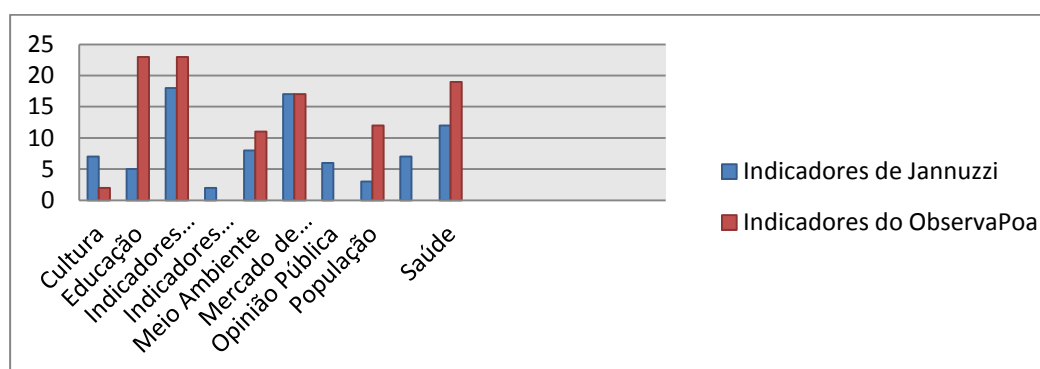
O item seguinte é de **Indicadores Político-sociais**, onde são apresentados: acesso a direitos e taxa de sindicalização e associativismo. A presença destes indicadores seria importante, pois como Jannuzzi (2009, p. 116) explica, o primeiro permite que a transgressão de direitos políticos e civis seja monitorada por organismos internacionais, enquanto o segundo pode ser interpretado como um sinalizador da capacidade de organização política da sociedade, em reivindicações em relação ao mercado de trabalho. Nenhum destes indicadores faz parte da listagem do ObservaPOA.

O próximo tema é **Opinião Pública**. Neste indicador, há itens como nível de corrupção na administração pública, nível de confiança nas instituições e nota de avaliação dos governantes – o total de indicadores pertencentes a este é seis. Não existe este indicador no observatório.

O último tema é **Desenvolvimento e Pobreza Humanos**, com seis indicadores. No ObservaPOA, são disponibilizados sete, com a nomenclatura “Desenvolvimento Humano”. Comparando o conteúdo, é possível verificar que possuem conteúdo em comum; em itens que não estão contemplados, no ObservaPOA estão inseridos em outros indicadores principais, como, por exemplo, o Coeficiente de Gini, que aparece no ObservaPOA no indicador de “Trabalho e renda”.

O gráfico 2 apresenta a comparação entre o número de indicadores de Jannuzzi e aqueles constantes no ObservaPOA, desdobrados nos dez temas.

Gráfico 2– Demonstrativo dos indicadores de Jannuzzi x ObservaPOA



Fonte: elaboração própria (2015)

Também foram observados os seguintes indicadores presentes no ObservaPoa, e que não estavam na relação de Jannuzzi. São eles:

a) Assistência Social, que possui quatro indicadores: número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, número de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, população em situação de rua e transferência de renda;

b) Cidades Sustentáveis, que é na realidade um conjunto de eixos presentes no Programa Cidades Sustentáveis, do qual o município faz parte. Neste item, são englobados diferentes indicadores, cuja maioria se repete em outros principais, como, por exemplo, “Área Verde por Habitante”, que também aparece no indicador “Meio Ambiente”. Portanto, estes indicadores que fazem parte exclusivamente do Programa Cidades Sustentáveis e que não se repetem na lista, foram alocados para outros

indicadores, conforme suas especificidades. São eles: Consumo total de água, Eficiência energética da economia e Rede de esgoto – domicílios sem ligação com a rede de esgoto (Infraestrutura); Escolas públicas com esporte educacional no turno obrigatório, matrículas em curso superior sobre a demanda e Nota no Exame Nacional do ensino Médio (ENEM) (Educação); Homicídio juvenil masculino (Segurança) e Trabalho infantil (Desenvolvimento Humano).

c) Cor/Raça: este item não foi contemplado por Jannuzzi, uma vez que sua inclusão no ObservaPOA foi ocasionada pela existência da Secretaria do Povo Negro, criada em 2013.

d) Deficiência: são observados oito itens neste indicador, como rampas para cadeirante, comparativo por tipo de deficiência, deficiências auditivas, mental/intelectual, motora, visual, etc. Entendeu-se sua existência, por haver a Secretaria de Acessibilidade, bem como ser a primeira cidade a ter um Plano Diretor de Acessibilidade, de 2011.

e) Democracia Participativa: neste item, estão incluídos os indicadores de “Conselhos Municipais”, “Demandas Sociais” e “Participantes nas Assembleias Regionais do Orçamento Participativo”, que podem denotar uma preocupação da gestão municipal com o monitoramento da participação popular.

f) Eleições: indicador composto por três itens, abstenção, aptos a votar e votos nulos e brancos.

g) Mobilidade: a este indicador principal, pertencem 21 indicadores, como acidentes de trânsito, informações sobre ciclovias, corredores de ônibus, idade da frota de carros e ônibus e percentuais de morte por atropelamento, ocupantes de ônibus, automóveis, entre outras informações. A existência de número significativo de indicadores pode ser justificada pela determinação do Ministério das Cidades para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana para municípios com mais de 20.000 habitantes (Lei Federal nº 12.587/12).

h) Segurança: neste tema foram encontrados onze indicadores (crimes sexuais, homicídios femininos, juvenis, ocorrências contra o patrimônio, roubos, pichações, etc.). Apenas um dos presentes está incluído na lista de Jannuzzi, que é o de “criminalidade e homicídios”, que está apresentado no ObservaPOA como “homicídios”.

Concluiu-se, neste estudo comparativo entre a cobertura dos indicadores do ObservaPOA e os relacionados por Januzzi, que o primeiro teve uma avaliação

satisfatória, uma vez que o número de indicadores, 107 itens, excedeu os 85 indicadores propostos pelo autor. Além da quantidade superior de indicadores, destacam-se, como aspectos positivos, a presença dos seguintes temas: Demografia, Saúde, Infraestrutura, Mercado de Trabalho e Renda e Índices de Desenvolvimento e Pobreza Humanos. Também se destaca positivamente a presença de temas não considerados por Jannuzzi, como Assistência Social, Cor/Raça, Deficiência, Democracia Participativa, Eleições, Mobilidade e Segurança. Como aspectos negativos, a pouca representatividade dos indicadores relacionados ao tema Cultura, menos de 30% dos presentes em Jannuzzi, e ausência dos temas “Qualidade de vida”, “Político-sociais”, e de “Opinião Pública”.

4.4.3 Comparativo entre os indicadores do ObservaPOA e ObservaSampa

A segunda pesquisa aplicou o mesmo estudo comparativo com os indicadores presentes no ObservaPOA e no ObservaSampa. Seguem as análises.

O observatório da cidade de SP possui 18 áreas temáticas, ordenadas alfabeticamente. Destes temas, apenas um não foi analisado, o de Programa de Metas 2013-2016, uma vez que os indicadores contidos nele estavam reproduzidos em outros temas. Desta forma, do total de 441 indicadores, participaram do estudo 323 itens, uma vez que alguns se repetiam em outros temas, além do tema já mencionado no parágrafo anterior.

O primeiro tema do ObservaSampa, **Assistência Social**, apresentou dezenove indicadores, contra quatro do ObservaPOA, ou seja, uma diferença de quase 79% a menos. Entre os itens do primeiro, estão: índices de vulnerabilidade social (está dividido em seis grupos, conforme o nível de vulnerabilidade), atendimento de proteção básica, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mulheres em situação de violência atendidas em programas específicos da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, população em situação de rua acolhida nos centros de acolhida da cidade. Entre os que aparecem em ambos os observatórios, estão: beneficiários de Programas de Transferência de Renda, cobertura do Programa Bolsa Família e população em situação de rua. Existe um indicador similar, o de renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo no ObservaPOA, que aparece no tema “Desenvolvimento Humano”, e “quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo) no ObservaSampa. Nota-se que os CRAS, unidades

descentralizadas da Política Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, também estão presentes no município de Porto Alegre.

O próximo encontrado no ObservaSampa é o tema **Cultura**. Nele, foram encontrados quatro indicadores: acervo de livros disponível em equipamentos públicos municipais de leitura por habitante, equipamentos públicos municipais de cultura, projetos contemplados por programas de fomento da Secretaria Municipal de Cultura e vagas disponíveis em programas de formação cultural continuada. No ObservaPOA, com dois indicadores, de quantidade de livros infanto-juvenis e para adultos, disponíveis em acervos de bibliotecas municipais. Neste tema, o ObservaPOA atingiu 50% em relação ao existente no outro.

No item **Desenvolvimento Urbano**, o ObservaSampa não informa nenhum indicador para o tema, enquanto que, no ObservaPOA, este inexistente. Portanto, o item não foi considerado para o estudo comparativo.

Prosseguindo, foi analisado o tema **Direitos Humanos e Cidadania** do ObservaSampa, constituído de 39 indicadores. Não há menção deste tema sob esta denominação no ObservaPOA. Contudo, examinando os indicadores deste observatório, foram encontrados alguns itens similares ou iguais, mas classificados em temas diferentes, a saber: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em Desenvolvimento Humano – com a ressalva de que não há especificação entre as áreas de Educação e Saúde, como ocorre no ObservaSampa; população com deficiência auditiva, mental, motora e visual, no tema “Deficiência”; gravidez na adolescência, no tema “Saúde”; relação de trabalho entre homens e mulheres, no tema Gênero; homicídios por cor/raça e homicídios cor/raça na população jovem, no tema “Cor/raça”. Assim, foram encontrados no ObservaPOA nove indicadores (diferença de 90% a menos), que correspondem Desenvolvimento Humano do ObservaSampa. Salienta-se que, entre os indicadores faltantes no de Porto Alegre, estão: atendimento de crianças e adolescentes por violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), casos de violência contra pessoas idosas e violência doméstica contra crianças e adolescentes, violações, casos de homofobia, denunciadas ao poder público federal e municipal. Entende-se que a existência de tais indicadores é relevante, uma vez que Porto Alegre possui Secretarias da Mulher e de Direitos Humanos, com programas de combate à violência de grupos específicos, como mulheres e homossexuais.

O tema seguinte é de **Economia e Finanças Públicas** e a ele pertencem 40 indicadores, mas o ObservaPOA não possui. Em comum, apenas um indicador, inserido em “Desenvolvimento Humano” (coeficiente de Gini) serviu para a comparação com o ObservaSampa. Entre os indicadores contemplados no ObservaSampa, estão: arrecadação de Imposto sobre Serviços (ISS), convênios assinados com a União, despesas realizadas pela prefeitura com Administração, Cultura, Saúde e outras 23 áreas, participação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na receita corrente da administração municipal, participação do imposto sobre Transmissão intervivos (ITBI) na receita corrente da administração municipal, entre outros. Estes indicadores podem ser significativos para a transparência pública e, embora disponíveis em outros canais da prefeitura, sem necessariamente de forma detalhada, como no Portal da Transparência e Anuários, é importante que também estejam disponibilizados através do observatório, de forma a facilitar o acesso às informações.

Após, foi analisado o tema **Educação**, com 32 indicadores encontrados no ObservaSampa, contra 23 do ObservaPOA, 29% inferior. Entre os indicadores comuns a ambos, estão: taxa de analfabetismo, matrículas por nível de ensino, nota do IDEB, taxa de distorção idade-série, evasão escolar e escolas com acesso à *internet*. Entre os itens faltantes no ObservaPoa, estão: alunos da rede municipal de acordo com raça/cor, alunos transportados por transporte escolar gratuito, professores da rede municipal com ensino superior completo, taxa de repetência.

O tema seguinte, **Esporte e Lazer**, que possui cinco indicadores no ObservaSampa, não aparece no ObservaPOA. Os encontrados foram: ciclovias implantadas (km), equipamentos esportivos municipais, escolas públicas municipais com esporte educacional no turno obrigatório, eventos de esporte, lazer e recreação da prefeitura e instalações esportivas municipais. Apenas um indicador está presente no ObservaPOA, o de ciclovias, no tema “Mobilidade”. Por isso, não foi considerado para a comparação com este tema, pois ele participou da comparação com o tema Mobilidade Urbana, apresentado em parágrafo posterior.

O próximo tema, **Gestão Pública**, possui 16 indicadores como: acordos multilaterais de cooperação internacional, assinados pela prefeitura, autorização de eventos temporários, convênios assinados com a União, habitantes por conselheiro participativo, orçamento empenhado com Saúde, entre outros. Alguns destes indicadores estão presentes no ObservaPOA, mas designados em outros temas:

servidoras públicas ativas, em “Gênero”, servidores públicos ativos com deficiência, em “Deficiência”, e servidores públicos ativos negros, em “Cor/raça”. Por isso, não foram considerados para este comparativo temático.

O tema subsequente, **Meio Ambiente**, compreende 12 indicadores, contra 11 do ObservaPOA. Indicadores em comum: área verde por habitante, arborização/cobertura vegetal, resíduos depositados em aterros sanitários. São indicadores presentes no ObservaSampa, mas ausentes no ObservaPoa: índice de coleta seletiva, material orgânico coletado, varrição de logradouros públicos.

Quanto à **Mobilidade Urbana**, há presença de 35 indicadores no site do ObservaSampa e, no ObservaPOA, 21 indicadores, ou seja, uma diferença de 40% a menos. Entre os verificados em ambos, estão: mortes no trânsito em diferentes situações (ciclistas, ocupantes de ônibus, automóveis), corredores exclusivos de ônibus, ciclovias e frota de ônibus com acessibilidade. Entre os indicadores percebidos apenas no ObservaSampa, estão os seguintes: nível de limpeza, conservação e manutenção da frota de veículos do sistema de transporte municipal, passageiros por veículo da frota municipal, tempo médio de espera para embarque nos pontos de parada dos corredores exclusivos monitorados, índice médio de cumprimento de partidas de ônibus.

No tema **Moradia e Saneamento básico**, são encontrados 12 indicadores no ObservaSampa; destes, alguns já se repetiram em outros temas, como “varrição de logradouros públicos” e “material orgânico coletado”, em Meio Ambiente. Desta maneira, foram considerados 10 indicadores exclusivos para o tema Moradia e saneamento básico. Este tema não foi localizado no ObservaPOA, embora fossem encontrados alguns indicadores relacionados à habitação no tema Infraestrutura, como “moradias precárias” ou “percentual da população urbana que reside em favelas”. No entanto, não foi encontrado no observatório de Porto Alegre nenhum indicador sobre projetos de habitação ou *déficit* habitacional, característicos dos indicadores do ObservaSampa. Desta forma, foi considerado que o tema não está presente no ObservaPOA.

No tema **Participação Social**, notou-se que a maioria dos indicadores, em um total de dez encontrados, aparecia, também, em outros temas, como “participantes nas conferências municipais organizadas pela secretaria” e inseridos no tema Gestão Pública, assim como outros sete indicadores. Dos que sobraram, “abstenção eleitoral”, “população apta a votar” e “votos nulos e brancos”, também estavam presentes no ObservaPOA, cujo tema é **Eleições**. Neste quesito, portanto, considerou-se que o de

Porto Alegre teve equivalência de indicadores, se comparado ao ObservaSampa, de três indicadores para cada observatório.

No item, **População**, o ObservaSampa apresentou seis indicadores; destes, três já se repetiram em outros temas: “população apta a votar”, “analfabetismo” e “esperança de vida ao nascer”. Desta forma, sobraram três indicadores exclusivamente sobre o tema: densidade demográfica, índice de envelhecimento e população total. No ObservaPoa, são 12 indicadores relacionados à população, ou seja, o de Porto Alegre possui 75% a mais de indicadores no tema que o de São Paulo.

No tema **Saúde**, o ObservaSampa possuía 45 indicadores, e o ObservaPOA, 19, ou seja, o segundo possui aproximadamente 58% menos. Entre os em comum estão “mortalidade infantil”, “gravidez na adolescência”, “baixo peso ao nascer” e “leitos hospitalares”. Alguns indicadores encontrados no ObservaSampa e ausentes no ObservaPOA: “cobertura de suporte básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)”, “óbitos por dengue e taxa de Incidência de dengue”, “razão de exames citopatológicos (Papanicolau) do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária”, “razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 e população por 100 habitantes da mesma faixa etária” e “cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP + HIB) em crianças menores de 01 ano”.

No tema **Segurança e Violência**, foram encontrados 16 indicadores no ObservaSampa; no ObservaPOA, 11, resultando em uma diferença de 32% a menos em relação ao primeiro. Entre os indicadores em comum estão “mortalidade por acidentes de transporte/trânsito” e “roubos”. Entre os presentes apenas no ObservaSampa estão: “casos de violência contra pessoas idosas” e de “violência doméstica contra crianças e adolescentes”, “ocorrências de estupro registradas”, “taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por agressão” e “taxa de ocorrências de furtos registradas”.

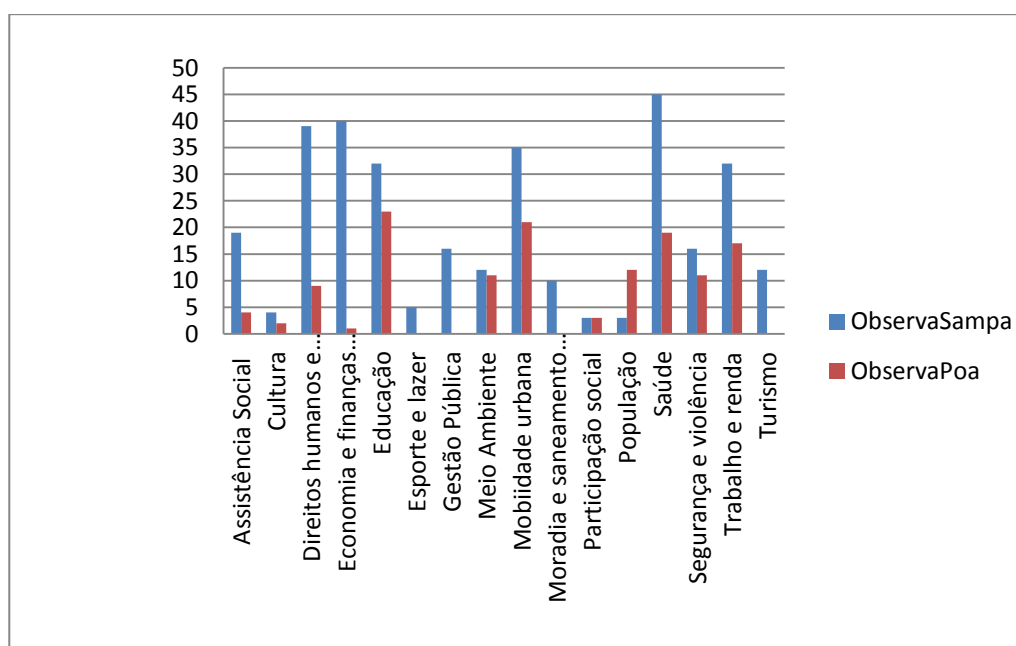
O penúltimo item analisado, de **Trabalho e Renda**, resultou em 40 indicadores no ObservaSampa; alguns indicadores se repetem, como o coeficiente de Gini, seis índices de vulnerabilidade social, índice de desenvolvimento humano, cobertura do Bolsa Família, totalizando oito indicadores nesta situação. Por isso, foram considerados 32 indicadores do ObservaSampa para comparação, contra 17 do ObservaPOA, uma diferença de aproximadamente 47% a menos. Entre os indicadores comuns, estão: “taxa de desemprego” e “rendimento médio dos responsáveis por domicílio”.

O último tema encontrado no ObservaSampa foi de **Turismo**, com 12 indicadores; este tema não aparece no ObservaPOA. Entre os indicadores, estão: “atendimentos realizados pelas Centrais de Informações Turísticas”, “fluxo de passageiros nos terminais rodoviários” e “taxa de ocupação do setor hoteleiro”.

A partir da conferência dos indicadores pertencentes a cada observatório, constatou-se que os temas que apresentaram equivalência na quantidade de indicadores foram Educação, Meio Ambiente e Eleições. O que obteve um percentual maior de indicadores foi o item População e a grande maioria dos temas analisados teve uma desvantagem, em não raras vezes significativa, de número de indicadores em relação ao ObservaSampa: Assistência Social, Cultura, Direitos Humanos e Cidadania, Esporte e Lazer, Mobilidade, Segurança e Violência, Trabalho e Emprego e tema que sequer foram encontrados, como Moradia e Saneamento e Turismo.

Para ilustrar o estudo comparativo entre os dois Observatórios, foi elaborado o gráfico 3, que demonstra a diferença quantitativa entre os indicadores de cada um.

Gráfico 3: Demonstrativo dos indicadores ObservaSampa x ObservaPoa



Fonte: elaboração própria (2015)

Analisando o número de indicadores presentes em cada observatório, conclui-se que o ObservaPOA atingiu 41% da quantidade de indicadores, comparado ao ObservaSampa. Desta forma, o critério foi considerado **insatisfatório**, de acordo com a aplicação da avaliação escolhida para este critério.

A partir da análise dos resultados do estudo comparativo entre as duas fontes distintas, é possível afirmar que o ObservaPOA pode ser considerado de melhor qualidade, se comparado à lista de indicadores de Jannuzzi, do que na comparação com o ObservaSampa, onde a diferença do número de indicadores ausentes foi bastante significativa.

Salienta-se que o estudo comparativo de indicadores entre os do ObservaPOA, em relação aos citados por Jannuzzi ou presentes do ObservaSampa, teve o propósito de verificar a possibilidade de inserção de novos indicadores, ou sua melhoria, no observatório de Porto Alegre, sem, necessariamente, criticar a ausência de algum indicador nestas fontes pesquisadas, visto não ser objetivo desta pesquisa avaliar a qualidade dos indicadores em si.

A comparação serviu para se obter parâmetros que pudessem servir como base para o aprimoramento das informações disponibilizadas no ObservaPOA, como forma de atender, com maior qualidade e excelência, aos usuários que buscam este tipo de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve, como objetivo geral, avaliar o nível de qualidade do conteúdo informacional contido no Observatório da Cidade de Porto Alegre, o ObservaPOA, através da verificação de critérios já propostos em outros estudos, mais especificamente de Villela (2003), tais como: abrangência/ cobertura, propósito e atualidade de todo o site, desde a página inicial até o terceiro nível.

O resultado da análise destes parâmetros de qualidade demonstra que o *site* pode ser considerado parcialmente satisfatório, uma vez que três dos cinco itens de avaliação receberam este parecer. Quanto aos quesitos considerados parcialmente satisfatórios, ou seja, com potencial a melhorar, estão a missão e o propósito a serem disponibilizados a partir de sua página inicial, assim como seu escopo e a referência às informações e serviços oferecidos. Outro item que merece atenção é o de idiomas, que recebeu avaliação insatisfatória, pois a disponibilização de informações em outras línguas, como, pelo menos, em inglês e espanhol, oportunizariam a divulgação de dados importantes da cidade, possibilitando maior visibilidade e captação de recursos externos.

Sendo os indicadores sociais parte integrante de suma importância dos observatórios, que refletem os resultados das atividades da Administração Pública e servem como norteadores no planejamento de políticas públicas, também, foi realizada uma avaliação focada na atualização e completeza dos mesmos. Quanto à atualização dos indicadores, o estudo resultou em uma avaliação considerada satisfatória, uma vez que a maioria dos indicadores possuía o ano de atualização superior a 2012, critério de aferição escolhido para considerá-lo com esta classificação.

Para a avaliação da completeza, foram escolhidas duas fontes de natureza diferentes para confrontar os dados em relação ao ObservaPOA: a listagem de indicadores elaborada por Jannuzzi e os indicadores disponibilizados pelo Observatório da Cidade de São Paulo. Na primeira conferência, o resultado foi considerado satisfatório, uma vez que o número de indicadores encontrados no ObservaPOA foi superior ao número de indicadores listados por Jannuzzi. Na segunda verificação, entre o ObservaPOA e ObservaSampa, o resultado foi diferente: o ObservaPOA possuía 41% dos indicadores contidos no ObservaSampa, recebendo, desta maneira, uma avaliação insatisfatória.

A diferença de resultados pode ter ocorrido em decorrência do perfil diferente de fontes utilizadas para o estudo comparativo, uma vez que Jannuzzi enumera indicadores que podem ser considerados básicos e mínimos para que seja feita uma “leitura” do município. Em observatórios, o que deve ser considerado, além destes indicadores importantes como referência das informações na Administração Pública, são os relacionados às políticas públicas que fazem parte daquela administração, bem como indicadores relacionados à prestação de contas, como os de arrecadação, por exemplo.

De qualquer modo, sugere-se acrescentar indicadores significativos para oportunizar o acesso aos resultados de algumas áreas relevantes para Porto Alegre, como, por exemplo, a área de Turismo, uma vez que a cidade foi uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, e recebeu investimentos e melhorias neste campo, e a área de Esportes e Lazer. Além destes, também são possuem caráter de importância os indicadores relacionados a Economia e Finanças Públicas, que serviriam para expor informações sobre arrecadação do município, despesas realizadas pela prefeitura em diferentes áreas e convênios assinados com a União, a exemplo do que ocorre com o observatório de São Paulo.

Muitas destas informações podem estar publicadas em outros canais de transparência da prefeitura. Mas, pode-se argumentar que seria relevante sua inclusão no observatório, a fim de facilitar o acesso a todas as informações públicas em uma mesma fonte, propiciando o cruzamento com outros indicadores e oportunizando seu georreferenciamento, como ocorre com outros presentes no observatório. Como os dois observatórios possuem em comum os mesmos propósitos, é oportuno este tipo de estudo, com comparação do número de indicadores, e, também, análise do seu teor e identificação de eventuais repetições em diferentes temas, que prejudicariam a avaliação final.

Evidentemente, há limitações neste tipo de estudo, uma vez que a classificação dos itens que pertencem a cada indicador principal pode variar de acordo com o plano de Governo de cada gestão, através de diferentes estruturas governamentais e respectivos programas e das ações adotadas para alcançar seus objetivos. Outra limitação diz respeito a ponto de vista e unidade de análise adotada, ou seja, a mesma do cidadão que busca informações sobre a cidade. Desta forma, a análise do ObservaPOA foi feita apenas através da navegação no mesmo, não sendo acompanhada ou

complementada por investigação empírica junto aos operadores e gestores responsáveis pela plataforma.

Ressalta-se que não foi objeto deste estudo uma análise do conteúdo informacional no âmbito de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências visuais, auditivas ou cognitivas. Evidentemente, uma análise completa de qualidade informacional deveria englobar, também, este aspecto, o qual fica como sugestão para trabalhos futuros. Ainda, como sugestão para estudos futuros, está contemplar indicadores conforme as políticas públicas de cada área da Administração Municipal, ou seja, cada Secretaria, a fim de estabelecer uma maior transparência nos atos públicos, e propiciar o acompanhamento das ações de cada uma delas.

Espera-se que este estudo seja uma contribuição pontual para a área de Gestão Pública e que mais estudos relacionados à avaliação de qualidade do conteúdo informacional público ocorram, a fim de aprimorar, tanto os métodos de avaliação propriamente ditos, quanto à informação pública disponibilizada, tão importante para a construção de uma sociedade mais participativa e democrática.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINETO, Raquel C.. Caracterização dos observatórios sociais instalados no Brasil e a contribuição potencial da contabilidade. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Ciências Contábeis, 2011. Disponível em:
<<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121330/304335.pdf?sequence=1>>
> Acesso em: 15 jan. 2015.
- AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n.5, p.723-245. Set./out. 2002. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6461/5045>>. Acesso em 24 jun. 2015.
- BARBOZA, Elza M. F.; NUNES, Eny M. de Almeida; SENA, N. Kneipp. Governmental web sites, a virtual esplanade. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 118-125, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jul. 2014.
- BEUTTENMULLER, Gustavo. Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações. 2007. (Dissertação) Mestrado em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2434>>. Acesso em 02 abr. 2015.
- DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23-48, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- FREIRE, Felipe R.; STABILE, Max. As novas tecnologias e a participação eletrônica: entre promessas e desafios. In: **TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo:CETIC, 2014. Disponível em:
<http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em 02 abr. 2015.
- FURTADO, Adriana. **Observatório da Cidade de Porto Alegre**: democratizando a informação: Indicadores socioeconômicos como elemento para a tomada de decisões e indicadores de acompanhamento do Orçamento Participativo.[2007]. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/paper_observa_revisado.pdf. Acesso em: 16 jul. 2014.
- HELOU FILHO, Espiridião A.; OTANI, Nilo. A utilização de indicadores na administração pública a Lei nº 12.120/2002 do Estado de Santa Catarina, **Revista de Ciências da Administração**, v. 9, n. 17, p. 111-131, Florianópolis, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1648/1395>. Acesso em 17 jul.2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. 4. ed. Campinas: Alinea, 2009. ISBN 9788575163689.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Disponível em: www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf. Acesso em 17 jul. 2014.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. **DataGramZero–Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 5, 2000. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out00/Art_01.htm >. Acesso em 22 mar. 2015.

LÜCHMANN, Ligia H. Hahn. Possibilidades e limites da Democracia Deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. (Tese) Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Campinas. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/L%C3%BCchmannLigiaHelenaHahn.PDF>. Acesso em 01 abr. 2015.

OBSERVAPOA. **Projeto do Observatório da Cidade de Porto Alegre**. PMPA: Porto Alegre, 2005. Disponível em : http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/projeto_observatorio.pdf. Acesso em: 215 jan. 2015.

_____. **ObservaPOA**. Disponível em: < <http://www.observapoa.com.br/> >. Acesso em: 15 jan. 2015.

OBSERVASAMPA. Disponível em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2015.

PAIM, Isis; NEHMY, Rosa M. Quadros; GUIMARÃES, César G. Problematização do conceito “qualidade” da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p. 111-119, jan./jun. 1996.

PROGRAMA Cidades Sustentáveis. **Guia de uso do sistema de indicadores para a construção de Observatórios**. 2014. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/arquivos/guia-uso-sistema-indicadores.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

RUSCHEL, Airton J.; HELOU FILHO, Esperidião Amin. **Observatório urbano: suporte ao governo eletrônico**. 2010. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/observat%C3%B3rio-urbano-suporte-ao-governo-eletr%C3%B4nico-0>>. Acesso em: 20 mar 2015.

SANTANA JÚNIOR, Jorge J.B. de; LIBONATI, Jeronymo J.; VASCONCELOS, Marco Túlio de C. Modelos de investigação dos níveis de transparência eletrônica dos poderes e órgãos governamentais. In: IX Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais eletrônicos**...São Paulo: USP, 2009.

SILVA, Rosane Leal da. O uso das TIC como instrumentos para efetivar o direito fundamental de acesso à informação pública. In: **TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo: CETIC, 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em 02 abr. 2015.

TOMAÉL, Maria Inês et. al.. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Fontes de informação na internet**. Londrina: EDUEL, 2008. cap. 1.

VIEIRA, Jorge Blascoviski. Estado, sociedade civil e accountability. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 605-626, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2095/2477>>. Acesso em 24 jun. 2015.

VILELLA, Renata Moutinho. **Conteúdo, usabilidade e funcionalidade: três dimensões para a avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na web**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/VILELLA%20Conteudo%20Usabilidade%20e%20Funcionalidade.pdf>. Acesso em: 21 mar 2015

ANEXO A – Indicadores do Observatório da Cidade de Porto Alegre

Indicador Principal	Subindicador	Observações
1. Assistência Social	1.1 Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. 1.2 Número de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. 1.3 População em situação de rua 1.4 Transferência de renda	
2. Cidades Sustentáveis	2.1 Área verde por habitante 2.2 Abastecimento público de água potável na área urbana 2.3 Acervo de livros infanto-juvenis 2.4 Acervo de livros para adultos 2.5 Acidentes de trânsito 2.6 Atropelamentos 2.7 Baixo peso ao nascer 2.8 Ciclovias exclusivas 2.9 Conselhos municipais 2.10 Consumo total de água 2.11 Consumo total de eletricidade per capitã 2.12 Corredores exclusivos de ônibus 2.13 Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola 2.14 Crimes sexuais 2.15 Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais 2.16 Demanda atendida em creches municipais 2.17 Desemprego 2.18 Desemprego de jovens 2.19 Distribuição de renda 2.20 Eficiência energética da economia 2.21 Escolas públicas com esporte educacional no turno obrigatório 2.22 Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento 2.23 Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas	

	<p>com deficiência</p> <p>2.24 Gravidez na adolescência</p> <p>2.25 Homicídio juvenil</p> <p>2.26 Homicídio juvenil masculino</p> <p>2.27 IDEB - Rede pública de 1ª a 4ª série</p> <p>2.28 IDEB - Rede pública de 5ª a 8ª série</p> <p>2.29 Leitos hospitalares</p> <p>2.30 Matrículas em curso superior sobre a demanda</p> <p>2.31 Mortalidade infantil</p> <p>2.32 Mortalidade materna</p> <p>2.33 Mortalidade por doenças do aparelho circulatório</p> <p>2.34 Mortalidade por doenças do aparelho respiratório</p> <p>2.35 Mortes com automóvel</p> <p>2.36 Mortes com bicicleta</p> <p>2.37 Mortes com motocicleta</p> <p>2.38 Mortes por atropelamento</p> <p>2.39 Mulheres empregadas no governo do município</p> <p>2.40 Número de mortes por desastres socioambientais</p> <p>2.41 Negros empregados no governo do município</p> <p>2.42 Nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)</p> <p>2.43 Percentual da população urbana que reside em favelas</p> <p>2.44 Perda de água tratada</p> <p>2.45 Pessoas com deficiência empregadas no governo do município</p> <p>2.46 Pessoas com renda per capita de até 1/2 salário mínimo</p> <p>2.47 Pessoas com renda per capita de até 1/4 salário mínimo</p> <p>2.48 Pessoas infectadas com dengue</p> <p>2.49 População em situação de rua</p> <p>2.50 Pré-natal insuficiente</p> <p>2.51 Proporção do orçamento para as diferentes áreas da administração</p>	
--	---	--

	<p>2.52 Reciclagem de resíduos sólidos</p> <p>2.53 Rede de esgoto (domicílios sem ligação com a rede de esgoto)</p> <p>2.54 Resíduos depositados em aterros sanitários</p> <p>2.55 Resíduos domésticos</p> <p>2.56 Reservas e Áreas Protegidas</p> <p>2.57 Roubos (total)</p> <p>2.58 Taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais</p> <p>2.59 Temperatura média mensal</p> <p>2.60 Trabalho Infantil</p> <p>2.61 Transferência de renda</p> <p>2.63 Unidades Básicas de Saúde</p>	
3. Cor/Raça	<p>3.1 Analfabetismo na população negra</p> <p>3.2 Gravidez na adolescência - mães negras</p> <p>3.3 Homicídio juvenil masculino negro</p> <p>3.4 Negros empregados no governo do município CS</p> <p>3.5 População branca</p> <p>3.6 População negra</p> <p>3.7 Relação de desemprego - negros x não-negros</p>	
4. Cultura	<p>4.1 Acervo de livros infanto-juvenis</p> <p>4.2 Acervo de livros para adultos</p>	
5. Deficiência	<p>5.1 Comparativo por tipo de deficiência</p> <p>5.2 Deficiência auditiva</p> <p>5.3 Deficiência mental/intelectual</p> <p>5.4 Deficiência motora</p> <p>5.5 Deficiência visual</p> <p>5.6 Pelo menos uma das deficiências investigadas</p> <p>5.7 Pessoas com deficiências empregadas no governo do município</p> <p>5.8 Rampa para cadeirante</p>	
	<p>6.1 Conselhos Municipais</p> <p>6.2 Demandas solicitadas</p> <p>6.3 Participantes nas Assembleias Regionais do</p>	

6. Democracia Participativa	Orçamento Participativo	
7. Desenvolvimento Humano	<p>7.1 Coeficiente de Gini</p> <p>7.2 Expectativa de vida ao nascer</p> <p>7.3 IDESE</p> <p>7.4 IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</p> <p>7.5 IDHM - Geral e dimensões</p> <p>7.6 Pessoas com renda per capita de até 1/2 salário mínimo CS</p> <p>7.7 Pessoas com renda per capita de até 1/4 salário mínimo</p>	
8. Educação	<p>8.1 Abandono escolar - Ensino Fundamental</p> <p>8.2 Abandono escolar - Ensino Médio</p> <p>8.3 Acesso a internet nas escolas do ensino fundamental e médio</p> <p>8.4 Analfabetismo funcional</p> <p>8.5 Analfabetismo na população negra</p> <p>8.6 Aprovação - Ensino Fundamental</p> <p>8.7 Aprovação - Ensino Médio</p> <p>8.8 Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola</p> <p>8.9 Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais</p> <p>8.10 Demanda atendida em creches municipais</p> <p>8.11 Distorção idade-série - Ensino Fundamental</p> <p>8.12 Distorção idade-série - Ensino Médio</p> <p>8.13 ENEM - Desigualdade das redes</p> <p>8.14 ENEM - Escolas públicas</p> <p>8.15 ENEM - Escolas privadas CS</p> <p>8.16 Escolaridade dos responsáveis por domicílio</p> <p>8.17 Escolas por rede</p> <p>8.18 IDEB - Rede pública de 1ª a 4ª série</p> <p>8.19 IDEB - Rede pública de 5ª a 8ª série</p> <p>8.20 Matrícula por nível de ensino</p>	

	<p>8.21 Nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)</p> <p>8.22 Responsáveis por domicílio analfabetos</p> <p>8.23 Taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais</p>	
9. Eleições	<p>9.1 Abstenção</p> <p>9.2 Aptos para votar</p> <p>9.3 Votos nulos e brancos</p>	
10. Gênero	<p>10.1 Desemprego feminino</p> <p>10.2 Desemprego masculino</p> <p>10.3 Disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio</p> <p>10.4 Escolaridade das mulheres responsáveis por domicílio</p> <p>10.5 Escolaridade dos homens responsáveis por domicílio</p> <p>10.6 Homens responsáveis por domicílio</p> <p>10.7 Mulheres empregadas no governo do município</p> <p>10.8 Mulheres na PEA</p> <p>10.9 Mulheres responsáveis por domicílio</p> <p>10.10 Mulheres responsáveis por domicílio analfabetas</p> <p>10.11 Mulheres Vereadoras</p> <p>10.12 População de homens</p> <p>10.13 População de mulheres</p> <p>10.14 Relação renda do trabalho entre homens x mulheres</p>	
11. Infraestrutura	<p>11.1 Abastecimento público de água potável na área urbana</p> <p>11.2 Bueiro/Boca-de-lobo</p> <p>11.3 Consumo médio de água</p> <p>11.4 Consumo total de eletricidade per capita</p> <p>11.5 Domicílio - tipo apartamento</p> <p>11.6 Domicílio - tipo casa</p> <p>11.7 Domicílio - tipo casa de condomínio</p> <p>11.8 Energia elétrica da companhia distribuidora</p>	

	<p>11.9 Esgoto a céu aberto</p> <p>11.10 Esgoto adequado</p> <p>11.11 Identificação do logradouro</p> <p>11.12 Iluminação pública</p> <p>11.13 Moradias precárias</p> <p>11.14 Moradores por domicílio</p> <p>11.15 Moradores por domicílio em moradias precárias</p> <p>Pavimentação</p> <p>11.16 Percentual da população urbana que reside em favelas</p> <p>11.17 Perda de água tratada</p> <p>11.18 Rampa para cadeirante</p> <p>11.19 Uso de medidor comum a mais de 1 domicílio</p> <p>11.20 Uso de medidor de forma exclusiva</p>	
12.Meio Ambiente	<p>12.1 Área verde por habitante</p> <p>12.2 Arborização</p> <p>12.3 Destino do lixo</p> <p>12.4 Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento</p> <p>12.5 Lixo acumulado no logradouro</p> <p>12.6 Número de mortes por desastres socioambientais</p> <p>12.7 Reciclagem de resíduos sólidos</p> <p>12.8 Resíduos depositados em aterros sanitários</p> <p>12.9 Resíduos domésticos</p> <p>12.10 Reservas e Áreas Protegidas</p> <p>12.11 Temperatura média mensal</p>	
13. Mobilidade	<p>13.1 Acidentes com ônibus</p> <p>13.2 Acidentes com bicicletas</p> <p>13.3 Acidentes com motocicletas</p> <p>13.4 Acidentes de trânsito</p> <p>13.5 Acidentes de trânsito com vítimas</p> <p>13.6 Acidentes de trânsito com vítimas fatais</p> <p>13.7 Atropelamentos</p>	

	<p>13.8 Ciclovias exclusivas</p> <p>13.9 Comparativo de mortes no trânsito</p> <p>13.10 Corredores exclusivos de ônibus</p> <p>13.11 Frota de ônibus</p> <p>13.12 Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência</p> <p>13.13 Frota em circulação</p> <p>13.14 Idade da frota de ônibus</p> <p>13.15 Idade da frota de carros</p> <p>13.16 Mortes de ciclistas</p> <p>13.17 Mortes de motociclista</p> <p>13.18 Mortes de ocupantes de ônibus</p> <p>13.19 Mortes de ocupantes de automóveis</p> <p>13.20 Mortes por atropelamento</p> <p>13.21 Motorização</p>	
14. População	<p>14.1 Comparativo de percentual da população por cor/raça</p> <p>14.2 População branca</p> <p>14.3 População de adolescentes</p> <p>14.4 População de adultos</p> <p>14.5 População de crianças</p> <p>14.6 População de homens</p> <p>14.7 População de idosos</p> <p>14.8 População de jovens</p> <p>14.9 População de mulheres</p> <p>14.10 População na primeira infância</p> <p>14.11 População negra</p> <p>14.12 População total</p>	
15. Saúde	<p>15.1 Baixo peso ao nascer</p> <p>15.2 Casos de tuberculose</p> <p>15.3 Casos notificados de AIDS</p> <p>15.4 Crianças menores de 2 anos desnutridas</p> <p>15.5 Gravidez na adolescência</p>	

	<p>15.6 Gravidez na adolescência - mães negras</p> <p>15.7 Leitos hospitalares</p> <p>15.8 Mortalidade infantil</p> <p>15.9 Mortalidade infantil de menores de 5 anos</p> <p>15.10 Mortalidade materna</p> <p>15.11 Mortalidade por doenças do aparelho circulatório</p> <p>15.12 Mortalidade por doenças do aparelho respiratório</p> <p>15.13 Nascidos de mães com baixa escolaridade</p> <p>15.14 Nascidos de mães negras com baixa escolaridade</p> <p>15.15 Parto cesáreo</p> <p>15.16 Percentual de ocorrência das principais causas de morte</p> <p>15.17 Pessoas infectadas com dengue</p> <p>15.16 Pré-natal adequado</p> <p>15.18 Pré-natal insuficiente</p> <p>15.19 Unidades Básicas de Saúde</p>	
16. Segurança	<p>16.1 Crimes sexuais</p> <p>16.2 Homicídio feminino</p> <p>16.3 Homicídio juvenil masculino</p> <p>16.4 Homicídio juvenil masculino negro</p> <p>16.5 Homicídios</p> <p>16.6 Mortalidade por acidentes de transporte</p> <p>16.7 Ocorrências contra a sociedade</p> <p>16.8 Ocorrências contra o patrimônio</p> <p>16.9 Ocorrências contra pessoas</p> <p>16.10 Pichações</p> <p>16.11 Roubos (total)</p>	
17. Trabalho e renda	<p>17.1 Desemprego</p> <p>17.2 Desemprego de jovens</p> <p>17.3 Distribuição de renda</p> <p>17.4 Domicílios indigentes</p> <p>17.5 Domicílios pobres</p> <p>17.6 Ocupados</p>	

	<p>17.7 População economicamente ativa</p> <p>17.8 Produto Interno Bruto (PIB)</p> <p>17.9 Relação de desemprego - negros x não-negros</p> <p>17.10 Relação renda do trabalho entre homens x mulheres</p> <p>17.11 Rendimento dos 25% mais pobres</p> <p>17.12 Rendimento dos 25% mais ricos</p> <p>17.13 Rendimento dos ocupados</p> <p>17.14 Rendimento médio dos responsáveis por domicílio</p> <p>17.15 Responsáveis com renda até 1 salário mínimo</p> <p>17.16 Responsáveis com renda até 2 salários mínimos</p> <p>17.17 Responsáveis com renda maior que 10 salários mínimos</p>	
--	--	--

ANEXO B - Classificação temática dos indicadores sociais segundo Jannuzzi

Indicador principal	Subindicador	Observações
1. Indicadores demográficos e de saúde	1.1 Taxa de natalidade	Reflete o crescimento populacional; este indicador é importante para estabelecer os parâmetros básicos para dimensionamento das populações futuras, consumidoras de bens e serviços e do público-alvo das políticas sociais.
	1.2 Taxa de fecundidade	Número médio de filhos ou taxa de prevalência de métodos contraceptivos.
	1.3 Taxa de crescimento demográfico	Taxa formalmente calculada como uma função da razão entre os quantitativos populacionais em dois momentos no tempo e é expressa em termos de % ao ano. As taxas de crescimento demográficas calculadas para alguns grupos etários específicos tem aplicação mais importante na formulação de políticas sociais que as cifras gerais, na medida em que permitem estimar a taxa de expansão requerida dos diversos serviços e equipamentos sociais a serem disponibilizados, como demanda por vagas em escolas, serviços médicos, etc.
	1.4 Carga de dependência de crianças e idosos em relação à população adulta	Indicador definido como razão do número de crianças até 14 anos e pessoas com 65 anos ou mais pelo total da população de 15 a 64 anos. Traz à análise uma indicação mais precisa do perfil etário da população comum em relatórios internacionais
	1.5 Taxa de urbanização	Indicador demográfico que dimensiona a parcela da população que reside em áreas urbanas (em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infraestrutura urbana e serviços sociais).
	1.6 Taxa de mortalidade infantil	Indicador social representativo das condições gerais de vida ou saúde prevalentes em região ou segmento populacional. É definida como a razão entre o

		número de óbitos entre crianças de até 1 ano e o total de crianças vivas durante o ano.
	1.6.1 Taxas de Natimortalidade	Incidências de partos de crianças natimortas: indicador de prevalência de problemas relacionados à saúde e alimentação materna, qualidade do atendimento pré-natal, etc.
	1.6.2 Taxa de mortalidade neonatal	Parcela da mortalidade infantil ocorrida até 28 dias após o nascimento, decorrente em geral de problemas de gestação, parto, problemas congênitos ou genéticos;
	1.6.3 Taxa de mortalidade pós-neonatal	Decorrente das doenças indecto-parasitárias, causadas pela desnutrição, condições habitacionais, saneamento básico, padrão de vida das famílias destas crianças;
	1.7 Taxa de mortalidade materna	Número de óbitos devido a complicações na gravidez, parto e puerpério em relação ao número de nascidos vivos.
	1.8 Esperança de vida ao nascer	Número médio de anos que se espera que um recém-nascido possa viver em uma dada sociedade.
	1.8 Taxa ou proporção de óbitos por causas	Relacionado com o perfil epidemiológico das doenças e óbitos, que pode ser associado ao nível de desenvolvimento socioeconômico e oferta de prestação de serviços de saúde.
	1.9 Indicadores de morbidade e atendimento à saúde	Relacionado ao acompanhamento do padrão de saúde e oferta de serviços médicos, complementares na avaliação de programas na área de saúde – é decorrente de apenas de registros de internação hospitalar
	1.10 Indicadores de desnutrição	Resultam da quantidade, qualidade e balanceamento da dieta nutricional nas idades de crescimento.
	1.11 Indicadores técnicos de recursos	Relacionados com alocação de recursos financeiros, humanos ou de equipamentos físicos por total de pessoas potencialmente usuárias. Denotam o esforço da

		gestão para com a alocação dos recursos na área.
2 Educação e Cultura	2.1 Taxa de analfabetismo	Calculado como a proporção, dentre os indivíduos de 15 anos ou mais, daqueles que declararam, em uma pesquisa domiciliar, não saber ler nem escrever.
	2.2 Escolaridade média	Calculado como uma média dos anos estudados, com aprovação escolar, ponderados pela população correspondente, entre indivíduos de 15 anos ou mais.
	2.3 Taxa de atendimento escolar	Pode ser calculado de duas formas, através de taxa de escolarização, definida como a proporção entre estudantes de determinada faixa etária em um nível de ensino em relação ao total de pessoas desta faixa ou pela taxa de cobertura escolar (ou escolarização bruta), que é a razão entre o número de matrículas em um nível de ensino pela população em idade normativa para este nível.
	2.4 Taxa de desempenho no sistema escolar	Taxa de evasão, calculada a partir dos registros de alunos matriculados no início e final do ano letivo, e taxa de reprovação, calculado a partir da proporção de reprovados entre os matriculados.
	2.5 Coeficientes técnicos de recursos	Razão entre professores por mil habitantes, que aponta a disponibilidade geral de profissionais qualificados e revela a escassez ou equilíbrio de recursos humanos; razão de alunos por professor, que avalia indiretamente a qualidade dos serviços educacionais prestados.
	2.6 Indicadores de acesso à informação e cultura	Indicadores sensíveis ao nível educacional; com o desenvolvimento das Tecnologias de Educação e Informação (TICs), o acesso ao computador e internet são considerados para computar a alfabetização digital.
	2.6.1 Tiragem de jornal por mil habitantes	

	2.6.2 Títulos de livros lançados por mil habitantes	
	2.6.3 Percentual de domicílios com TV, rádio ou telefone.	
	2.6.4 Percentual de domicílios com microcomputador	
	2.6.5 Percentual de domicílios com acesso à Internet	
	Estações de rádio por mil habitantes	
3. Indicadores de mercado de trabalho	3.1 Taxa de participação	Proporção de indivíduos ocupados ou que buscam trabalho dentre a mão de obra potencialmente disponível para a atividade econômica
	3.2 Taxa de desemprego aberto e oculto	Corresponde ao contingente de indivíduos ativos não regularmente ocupados
	3.3 Indicadores de estruturação do mercado de trabalho	
	3.3.1 Taxa de assalariamento	Razão entre assalariados entre o total de ocupados
	3.3.2 Proporção de empregados com carteira assinada	Proporção entre empregados com carteira assinada entre todos os empregados
	3.4 Rendimento médio do trabalho	Corresponde, para os assalariados, à remuneração bruta recebida no mês anterior à pesquisa e para autônomos e empregadores, à retirada ou ganho líquido realizado no mês anterior.
	4.1 Renda ou PIB per <i>capita</i>	Soma dos rendimentos pagos aos assalariados ou autônomos,

4 Indicadores de renda e pobreza		pagamentos feitos ao governo, aluguéis e lucros recebidos pelos proprietários.
	4.2 Renda familiar média	Soma dos rendimentos individuais de seus membros e rendimentos patrimoniais da família; a renda familiar per capita é definida pelo quociente entre a renda familiar total e número de membros da família.
	4.3 Indicador de indigência e pobreza como insuficiência de renda	Retrata situações de carência de rendimento suficientes para compra de cesta básica de produtos e serviços imprescindíveis à reprodução social, respectivamente. O cálculo é realizado entre o total de famílias com renda inferior à linha de indigência ou pobreza em relação ao total de famílias na região em estudo.
	4.4 Índice de Gini para distribuição de renda	Indicador de distribuição de renda
	4.5 Indicadores de pobreza como carências múltiplas (indicadores utilizados para o cálculo deste item: 4.5.1 até 4.5.6)	Indicadores que oferecem visão estrutural da questão da pobreza, pois atua em diferentes aspectos determinantes do problema e permite focalizar os programas em público-alvo que necessitam mais cuidados.
	4.5.1 Acesso a oportunidades de desenvolvimento educacional	
	4.5.2 Acesso a serviços de saúde	
	4.5.3 Acesso a oportunidades de trabalho regular	
	4.5.4 Acesso a rendimentos suficientes	
	4.5.5 Acesso à habitação satisfatória	
4.5.6 Acesso a serviços		

	urbanos	
	4.6 índices de custo de vida	Apesar de serem considerados índices econômicos, justifica-se sua presença na lista, pois são importantes para a avaliação do seu impacto sobre o poder aquisitivo dos rendimentos das famílias.
5. Indicadores habitacionais e de infraestrutura urbana	5.1 Proporção de domicílios adequados	Considerado complexo, pois depende de vários atributos objetivos e apreciações subjetivas dos moradores; entre os fatores objetivos estão os aspectos físicos dos domicílios e seu entorno, como composição material das paredes, pisos e telhado, acesso à rede de energia elétrica, abastecimento de água, instalação sanitária, espaço para cada morador na residência, número de cômodos, entre outros aspectos. O cálculo é realizado entre a proporção de domicílios que satisfazem normas de “habitabilidade” entre o total de domicílios particulares.
	5.2 Taxa de cobertura dos serviços urbanos (Alguns indicadores utilizados para o cálculo :5.2.1 até 5.2.10)	Podem ser calculadas de duas formas: como proporção de domicílio com acesso a serviços ou como razão entre os registros administrativos das prefeituras e concessionárias de serviços pelo total de domicílios estimados.
	5.2.1 Acesso á rede de água tratada	
	5.2.2 Nível de consumo de água	
	5.2.3 Qualidade da água encanada	
	5.2.4 Disponibilidade de esgotamento sanitário	
	5.2.5 Disponibilidade de serviços de coleta de lixo	
	5.2.6 Frequência de coleta de lixo	

	5.2.7 Acesso à rede de energia elétrica	
	5.2.8 Disponibilidade de ruas pavimentadas e calçadas	
	5.2.9 Acesso à linha telefônica (particular ou comunitária)	
	5.2.10 Acesso à rede de serviços públicos: escola, postos de saúde, etc.	
	5.3 Indicadores de infraestrutura de transporte (indicadores 4.3.1 a 4.3.5):	Existem vários indicadores de monitoramento, como indicadores de acompanhamento conjuntural e indicadores de nível de segurança e sobrecarga operacional.
	5.3.1 Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito	
	5.3.2 Proporção de viagens realizadas por modalidade de transporte de massa	
	5.3.3 Extensão total dos congestionamentos em horários de pico	
	5.3.4 Índice de passageiros por quilômetro rodado nos ônibus	
	5.3.5 Registro de veículos ou motocicletas por mil habitantes	
6. Indicadores de qualidade de vida e meio ambiente	6.1 Indicadores subjetivos de qualidade de vida (Alguns itens considerados para mensurá-lo: 6.1.1 até 6.1.5)	Construídos a partir do levantamento de opiniões e impressões sobre diferentes aspectos do ambiente socioespacial da população.
	6.1.1 Satisfação com a moradia	
	6.1.2 Satisfação com o bairro, vizinhança, cidade.	
	6.1.3 Intenção de mudar-se de domicílio, cidade.	
	6.1.4 Atendimento de necessidades básicas	

	6.1.5 Atendimento de aspirações culturais, de lazer, etc.	
	6.2 Indicadores de criminalidade e homicídios	Consiste na razão entre o número de homicídios entre a população total.
	6.3 Indicadores de alocação do tempo	Tempo disponível para atividades de convívio familiar e social, lazer, atividades esportivas e culturais.
	6.4 Indicadores ambientais (itens 6.4.1 até 6.4.8)	
	6.4.1 Proporção de população com acesso a parques e jardins	
	6.4.2 Hectare de área verde por habitante	
	6.4.3 Taxa de desmatamento anual de Áreas de Proteção Ambiental	
	6.4.4 Emissões de gases tóxicos por tamanho da frota de automóveis	
	6.4.5 Nível de contaminação do solo e da água	
	6.4.6 Consumo médio residencial de energia	
	6.4.7 Taxa de morbidade ou mortalidade por doenças respiratórias	
	6.4.8 Porcentagem tratada da destinação final do lixo ou esgotos	
	7.1 Indicadores de acesso a direitos	Proporção de população com posse de documentos básicos em relação à população total (carteira de trabalho ou de registro de contribuição da Previdência Social são os dois principais documentos investigados nas pesquisas amostrais de Registro profissional como autônomo, título de eleitor, certidão de nascimento e carteira de identidade são levantadas com periodicidade irregular).

7. Indicadores político-sociais	7.2 Taxa de sindicalização e associativismo	Calculada como a parcela da população economicamente ativa filiada aos sindicatos de trabalhadores. Cálculo pela proporção de indivíduos adultos participantes de entidades da sociedade civil, nas suas diversas modalidades e denominações, sindicatos, organizações não governamentais, terceiro setor, comunidades de bairro, etc., pelo total da população economicamente ativa.
8. Indicadores de opinião pública		Indicadores de percepção ou avaliação subjetiva realizada com a população, vem ganhando destaque dentre as estatísticas citadas na mídia.
	8.1 Principais problemas da sociedade	
	8.2 Nível de corrupção da Administração Pública	
	8.3 Nível de confiança nas Instituições	
	8.4 Nível de confiança do consumidor	
	8.5 Percepção de lisura do processo eleitoral	
	8.6 Nota de avaliação dos governantes	
9. Índices de desenvolvimento e pobreza humanos	9.1 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	Composto por aglutinação dos indicadores representativos das três dimensões básicas citadas do Desenvolvimento Humano: nível educacional, esperança de vida e Produto Interno Bruto per capita.

	9.2 IPH – Índice de Pobreza Humana .(Combinação dos indicadores 9.2.1 a 9.2.3)	Mede grau de pobreza humana ou de privação de meios básicos à sobrevivência.
	9.2.1 Porcentagem de pessoas que não devem sobreviver após os 40 anos	
	9.2.2 Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais	
	9.2.3 Percentual de pessoas sem acesso a água potável, serviços de saúde, crianças até 5anos com peso insuficiente.	
	9.3 IDG – Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero	
	9.4 Medida de Participação segundo o Gênero	

Fonte: Adaptado de Januzzi (2009)

ANEXO C - Indicadores disponibilizados no site do Observatório da Cidade de São Paulo – ObservaSampa

Indicador Principal	Subindicador	Observações
1. Assistência Social	<p>1.1 atendimentos de Proteção Social Básica realizados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)</p> <p>1.2 atendimentos de Proteção Social Especial realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelo CREAS para População em Situação de Rua (Centro Pop)</p> <p>1.3 Beneficiários de Programas de Transferências de Renda (PTR)</p> <p>1.4 Cobertura do Programa Bolsa Família (PBF)</p> <p>1.5 Domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo</p> <p>1.6 Domicílios com renda per capita de até 1/8 salário mínimo</p> <p>1.7 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 1 – nenhuma vulnerabilidade social</p> <p>1.8 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 2 – muito baixa vulnerabilidade social</p> <p>1.9 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 3 – baixa vulnerabilidade social</p> <p>1.10 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 4 – média vulnerabilidade social</p> <p>1.11 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 5 – alta vulnerabilidade social</p> <p>1.12 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 6 – muito alta vulnerabilidade social</p> <p>1.13 Mulheres atendidas pelos Centros de Cidadania</p>	

	<p>da Mulher (CCMs)</p> <p>1.13.1 Mulheres em situação de violência acolhidas nos Centros de Cidadania da Mulher (CCMs) e encaminhadas aos serviços especializados da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres</p> <p>1.13.2 Mulheres em situação de violência atendidas pela rede especializada de enfrentamento à Violência, da Secretaria Municipal de Política para as Mulheres (SMPM)</p> <p>1.14 Mulheres que receberam orientações sobre seus direitos junto à rede especializada de enfrentamento à violência da Secretaria Municipal de Política para as Mulheres</p> <p>1.15 População em situação de rua</p> <p>1.16 População em situação de rua em centros de acolhida da Prefeitura de São Paulo</p> <p>1.17 Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até ¼ salário mínimo)</p>	
2. Cultura	<p>2.1 Acervo de livros disponível em equipamentos públicos municipais de leitura por habitante</p> <p>2.2 Equipamentos públicos municipais de cultura</p> <p>2.3 Projetos contemplados por programas de fomento da Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>2.4 Vagas disponíveis em programas de formação cultural continuada</p>	
3. Desenvolvimento urbano		
4. Direitos humanos e cidadania	<p>4.1 Armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento</p> <p>4.2 Armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento pela Guarda Civil Metropolitana (GCM)</p> <p>4.3 Atendimento de crianças e adolescentes por violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>4.4 Atendimentos referente à mediação de conflitos nas Casas de Mediação da Guarda Civil Metropolitana (GCM)</p> <p>4.5 Casos de violência contra pessoas idosas</p> <p>4.6 Casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes</p> <p>4.7 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Renda</p> <p>4.8 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</p>	

	<p>(IDHM) - Educação</p> <p>4.9 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Saúde</p> <p>4.10 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM</p> <p>4.11 Mulheres atendidas pelos Centros de Cidadania da Mulher (CCMs)</p> <p>4.12 Mulheres em situação de violência acolhidas nos Centros de Cidadania da Mulher (CCMs) e encaminhadas aos serviços especializados da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres</p> <p>4.13 Mulheres em situação de violência atendidas pela rede especializada de enfrentamento à Violência, da Secretaria Municipal de Política para as Mulheres (SMPM)</p> <p>4.15 Mulheres que receberam orientações sobre seus direitos junto à rede especializada de enfrentamento à violência da Secretaria Municipal de Política para as Mulheres (SMPM)</p> <p>4.16 Participantes nas conferências municipais organizadas pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)</p> <p>Percentual de Mulheres no Conselho Participativo (%)</p> <p>4.17 Pontos de wifi livre</p> <p>4.18 População com deficiência (%)</p> <p>4.19 População com deficiência auditiva (%)</p> <p>4.20 População com deficiência mental/intelectual (%)</p> <p>4.20 População com deficiência motora (%)</p> <p>4.21 População com deficiência visual (%)</p> <p>4.22 População em situação de inadequação habitacional (%)</p> <p>4.23 População em situação de rua</p> <p>4.24 População em situação de rua em centros de acolhida da Prefeitura de São Paulo (%)</p> <p>4.25 Proporção da população com deficiência auditiva em relação ao total de pessoas com deficiência</p> <p>4.26 Proporção da população com deficiência Mental/Intelectual em relação ao total de pessoas com deficiência</p> <p>4.27 Proporção da população com deficiência motora em relação ao total de pessoas com deficiência</p> <p>4.28 Proporção da população com deficiência visual em relação ao total de pessoas com deficiência</p> <p>4.29 Proporção de gestantes adolescentes (%)</p> <p>4.30 Relação da renda do trabalho entre homens e mulheres</p> <p>4.31 Taxa de mortalidade da população acima de 60 anos por causas externas (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>4.32 Taxa de mortalidade da população com 60 anos ou mais vítima de agressões (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>4.33 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por agressão (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>4.34 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por causas externas (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>4.35 Taxa de mortalidade precoce de idosos (por 100 habitantes da mesma faixa etária)</p>	
--	---	--

	<p>4.36 Taxa de óbitos de mulheres vítimas de agressão, por 100 mil mulheres</p> <p>4.37 Taxa de Vitimização por homicídios por Raça/Cor na População (%)</p> <p>4.38 Taxa de Vitimização por Homicídios por Raça/Cor na População Jovem</p> <p>4.39 Violações de homofobia denunciadas ao poder público federal e municipal</p>	
<p>5. Economia e Finanças Públicas</p>	<p>5.1 Arrecadação de Imposto Sobre Serviços (ISS) de serviços de turismo, hospedagem, eventos e assemelhados (R\$)</p> <p>5.2 Coeficiente de Gini</p> <p>5.3 Convênios assinados com a União</p> <p>5.4 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Administração (%)</p> <p>5.5 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Agricultura (%)</p> <p>5.6 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Assistência Social (%)</p> <p>5.7 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Comércio e Serviços (%)</p> <p>5.8 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Comunicações (%)</p> <p>5.9 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Cultura (%)</p> <p>5.10 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Defesa Nacional (%)</p> <p>5.11 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Desporto e Lazer (%)</p> <p>5.12 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Direitos da Cidadania (%)</p> <p>5.13 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Educação (%)</p> <p>5.14 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Encargos Especiais (%)</p> <p>5.15 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Energia (%)</p> <p>5.16 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Gestão Ambiental (%)</p> <p>5.17 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Habitação (%)</p> <p>5.18 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Indústria (%)</p> <p>5.19 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Judiciária (%)</p> <p>5.20 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Legislativa (%)</p> <p>5.21 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Previdência Social (%)</p> <p>5.22 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Relações Exteriores (%)</p> <p>5.23 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Reserva de Contingência (%)</p> <p>5.24 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Saneamento (%)</p> <p>5.25 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Saúde (%)</p> <p>5.26 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Segurança Pública (%)</p>	

	<p>5.27 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Trabalho (%)</p> <p>5.28 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Transporte (%)</p> <p>5.29 Despesa realizada pela Prefeitura de São Paulo com função orçamentária Urbanismo (%)</p> <p>5.30 Evolução da representatividade da economia criativa no município</p> <p>5.31 Notas fiscais eletrônicas emitidas</p> <p>5.32 Orçamento empenhado com Saúde. Referencia: Mínimo Constitucional</p> <p>5.34 Orçamento empenhado para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Educação Inclusiva. Referência: Mínimo Constitucional e Lei Orgânica Municipal</p> <p>5.35 Participação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na receita corrente da administração municipal (%)</p> <p>5.36 Participação do Imposto Sobre Serviços (ISS) na receita corrente da administração municipal (%)</p> <p>5.37 Participação do Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” (ITBI-IV) na receita corrente da administração municipal (%)</p> <p>5.38 Participação dos impostos municipais na receita corrente da administração municipal (%)</p> <p>5.39 Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$)</p> <p>5.40 Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) a preços correntes (R\$/habitante)</p>	
6. Educação	<p>6.1 Acervo de livros disponível em equipamentos públicos municipais de leitura por habitante</p> <p>6.2 Alunos da rede municipal de ensino da raça/cor amarela (%)</p> <p>6.3 Alunos da rede municipal de ensino da raça/cor branca (%)</p> <p>6.4 Alunos da rede municipal de ensino da raça/cor indígena (%)</p> <p>6.5 Alunos da rede municipal de ensino da raça/cor parda (%)</p> <p>6.6 Alunos da rede municipal de ensino da raça/cor preta (%)</p> <p>6.7 Alunos da rede municipal de ensino do sexo feminino (%)</p> <p>6.8 Alunos da rede municipal de ensino do sexo masculino (%)</p> <p>6.9 Alunos do Ensino Fundamental da rede municipal transportados por Transporte Escolar Gratuito (TEG) (%)</p> <p>6.10 Alunos por turma da creche da rede pública municipal</p> <p>6.11 Alunos por turma da pré-escola da rede pública municipal</p> <p>6.12 Alunos por turma do ensino fundamental da rede pública municipal</p> <p>6.13 Alunos por turma do ensino médio da rede pública municipal</p> <p>6.14 Analfabetismo (%)</p> <p>6.15 Crianças e jovens de 0 a 17 anos matriculados nas escolas de todas as redes (%)</p>	

	<p>6.16 Escolas da rede pública municipal do ensino fundamental e médio com acesso a internet</p> <p>6.17 Escolas públicas municipais com esporte educacional no turno obrigatório (%)</p> <p>6.18 Estudantes atendidos na rede pública de creches (%)</p> <p>6.19 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Educação</p> <p>6.20 Nota do IDEB dos anos finais (Ciclo II)</p> <p>6.21 Nota do IDEB dos anos iniciais (Ciclo I)</p> <p>6.22 Número de matrículas em tempo integral nas escolas públicas municipais de Educação Infantil</p> <p>6.23 Professores da rede municipal com ensino superior completo (%)</p> <p>6.24 Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental da rede municipal</p> <p>6.25 Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio da rede municipal</p> <p>6.26 Taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental da rede municipal</p> <p>6.27 Taxa de evasão escolar no Ensino Médio da rede municipal</p> <p>6.28 Taxa de repetência dos alunos no Ensino Fundamental da rede municipal (%)</p> <p>6.29 Taxa de repetência dos alunos no Ensino Médio da rede municipal (%)</p> <p>6.30 Taxa de Universalização da Educação Infantil (somente pré-escola)</p> <p>6.31 Taxa de Universalização do Ensino Fundamental</p> <p>6.32 Taxa de Universalização do Ensino Médio</p>	
7. Esporte e lazer	<p>7.1 Ciclovias implantadas (km)</p> <p>7.2 Equipamentos esportivos municipais</p> <p>7.3 Escolas públicas municipais com esporte educacional no turno obrigatório</p> <p>7.4 Eventos de esporte, lazer e recreação da Prefeitura de São Paulo</p> <p>7.5 Instalações esportivas municipais por 100 mil habitantes</p>	
8. Gestão Pública	<p>8.1 Acordos multilaterais de cooperação internacional assinados pela Prefeitura de São Paulo</p> <p>8.2 Autorização de Eventos Temporários</p> <p>8.3 Convênios assinados com a União</p> <p>8.4 Habitantes por conselheiro participativo</p> <p>8.5 Novas autorizações para Locais de Reunião</p> <p>8.6 Orçamento empenhado com Saúde.</p> <p>Referencia: Mínimo Constitucional</p> <p>8.7 Participantes nas conferências municipais organizadas pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)</p> <p>8.8 Reuniões "Diálogos com a Cidade" do Conselho da Cidade</p> <p>8.9 Reuniões do "Grupo de Trabalho Formação para Cidadania: Direitos Humanos e Diversidade" do Conselho da Cidade</p> <p>8.10 Reuniões do "Grupo de Trabalho sobre Mobilidade" do Conselho da Cidade</p> <p>8.11 Reuniões do Comitê Gestor do Conselho da</p>	

	<p>Cidade</p> <p>8.12 Reuniões do Conselho da Cidade</p> <p>8.13 Reuniões do Pleno do Conselho da Cidade</p> <p>8.14 Servidoras públicas ativas mulheres</p> <p>8.15 Servidores públicos ativos com deficiência</p> <p>8.16 Servidores públicos ativos negros</p>	
9. Meio Ambiente	<p>9.1 Área verde pública por habitante</p> <p>9.2 Catadores incluídos por ano no Programa de Coleta Seletiva</p> <p>9.3 Cobertura vegetal por habitante 9.4 Cobertura vegetal por m²</p> <p>9.5 Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva</p> <p>9.6 Índice de coleta seletiva</p> <p>9.7 Lixo coletado per capita</p> <p>9.8 Lixo doméstico efetivamente reciclável coletado seletivamente</p> <p>9.9 Material orgânico coletado</p> <p>9.10 Renda média dos cooperados participantes do Programa de Coleta Seletiva</p> <p>9.11 Resíduos depositados em aterros sanitários 9.12 Varrição de logradouros públicos</p>	
10. Mobilidade Urbana	<p>10.1 Ciclovias implantadas</p> <p>10.2 Corredores exclusivos de ônibus</p> <p>10.3 Faixas exclusivas de ônibus implantadas</p> <p>10.4 Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida</p> <p>10.5 Índice Médio de Cumprimento de Partidas de Ônibus</p> <p>10.6 Lentidão máxima média no trânsito - pico da tarde (km)</p> <p>10.7 Lentidão máxima média no trânsito – pico da manhã (km)</p> <p>10.8 Mortes de ciclistas no trânsito - condutores e garupas</p> <p>10.9 Mortes de ciclistas no trânsito - condutores e garupas (por 10 mil veículos)</p> <p>10.10 Mortes de ciclistas no trânsito - condutores e garupas (por 100 mil habitantes)</p> <p>10.11 Mortes de motociclistas no trânsito - condutores e garupas</p> <p>10.12 Mortes de motociclistas no trânsito - condutores e garupas (por 10 mil motocicletas)</p> <p>10.13 Mortes de motociclistas no trânsito - condutores e garupas (por 10 mil veículos)</p> <p>10.14 Mortes de motociclistas no trânsito - condutores e garupas (por 100 mil habitantes)</p> <p>10.15 Mortes de motoristas e passageiros de automóveis, ônibus e caminhões no trânsito</p> <p>10.16 Mortes de motoristas e passageiros de automóveis, ônibus e caminhões no trânsito (por 10 mil veículos)</p> <p>10.17 Mortes de motoristas e passageiros de automóveis, ônibus e caminhões no trânsito (por 100 mil habitantes)</p> <p>10.18 Mortes de pedestres no trânsito</p> <p>10.19 Mortes de pedestres no trânsito por 10 mil</p>	

	<p>veículos</p> <p>10.20 Mortes de pedestres no trânsito por 100 mil habitantes</p> <p>10.21 Mortes no Trânsito</p> <p>10.22 Mortes no trânsito por 10 mil veículos</p> <p>10.23 Mortes no trânsito por 100 mil habitantes</p> <p>10.24 Nível de Limpeza, Conservação e Manutenção da Frota de veículos do Sistema de Transporte municipal</p> <p>10.25 Ônibus que chegaram nos terminais rodoviários</p> <p>10.26 Passageiros por veículo da frota municipal de transporte (por dia)</p> <p>10.27 Passageiros por veículo da frota municipal de transporte (por km percorrido)</p> <p>10.28 Percurso médio mensal da frota de veículos do sistema municipal de transporte</p> <p>10.29 Tempo médio de espera para embarque nos pontos de parada dos corredores exclusivos monitorados (min)</p> <p>10.30 Tempo médio de percurso das linhas do sistema de transporte - pico manhã (min)</p> <p>10.31 Tempo médio de percurso das linhas do sistema de transporte - pico tarde (min)</p> <p>10.32 Tempo médio para transferência dos usuários nos terminais inteligentes – pico da manhã (min)</p> <p>10.33 Velocidade comercial média dos veículos do sistema de transporte - pico manhã (km/h)</p> <p>10.34 Velocidade comercial média dos veículos do sistema de transporte - pico tarde (km/h)</p> <p>10.35 Vítimas de acidentes de trânsito por 100 mil habitantes</p>	
11. Moradia e saneamento básico	<p>11.1 Déficit habitacional</p> <p>11.2 Índice de coleta seletiva</p> <p>11.3 Lixo coletado per capita (quilo/dia)</p> <p>11.4 Lixo doméstico efetivamente reciclável coletado seletivamente</p> <p>11.5 População em situação de inadequação habitacional (%)</p> <p>11.6 População em situação de irregularidade fundiária (%)</p> <p>11.7 Projetos de habitação de interesse social (HIS) aprovados</p> <p>11.8 Projetos de habitação de mercado popular (HMP) aprovados</p> <p>11.9 Resíduos depositados em aterros sanitários (%)</p> <p>11.10 Unidades habitacionais aprovadas em empreendimentos de habitação de interesse social (HIS)</p> <p>11.11 Unidades habitacionais aprovadas em empreendimentos de habitação de mercado popular (HMP)</p> <p>11.12 Varrição de logradouros públicos (km)</p>	
12. Participação Social	<p>12.1 Abstenção eleitoral (%)</p> <p>12.2 Habitantes por conselheiro participativo</p> <p>12.3 Participantes nas conferências municipais organizadas pela Secretaria de 12.4 Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)</p> <p>12.5 Percentual de Mulheres no Conselho Participativo</p>	

	(%) 12.6 População apta para votar 12.7 Reuniões "Diálogos com a Cidade" do Conselho da Cidade 12.8 Reuniões do "Grupo de Trabalho Formação para Cidadania: Direitos Humanos e Diversidade" do Conselho da Cidade Reuniões do "Grupo de Trabalho sobre Mobilidade" do Conselho da Cidade Reuniões do Comitê Gestor do Conselho da Cidade 12.9 Reuniões do Conselho da Cidade Reuniões do Pleno do Conselho da Cidade 12.10 Votos nulos e brancos (%)	
13. População	13.1 Analfabetismo (%) 13.2 Densidade Demográfica (pop/ha) 13.3 Esperança de Vida ao Nascer (anos) 13.4 Índice de envelhecimento (relação entre o número de idosos e a população jovem) 13.5 População apta para votar 13.6 População total	
14. Programa de Metas 2013-2016	14.1 Atendimento de crianças e adolescentes por violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS) 14.2 atendimentos referente à mediação de conflitos nas Casas de Mediação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) 14.3 Casos de violência contra pessoas idosas Casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes 14.4 Catadores incluídos por ano no Programa de Coleta Seletiva 14.5 Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) 14.6 Cobertura de suporte básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (%) 14.7 Concentração do emprego formal (por subprefeitura) 14.8 Déficit habitacional 14.9 Equipamentos esportivos municipais por 100 mil habitantes 14.10 Equipamentos públicos municipais de cultura (por 100 mil habitantes) 14.11 Estabelecimentos com serviços de reabilitação de média complexidade implantados no Sistema Único de Saúde (SUS) 14.12 Faixas exclusivas de ônibus implantadas (km) 14.13 Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida (%) 14.14 Hospitais gerais no Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) com pelo menos 10% de leitos psiquiátricos 14.15 Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva (%) 14.16 Índice de coleta seletiva Lentidão máxima média no trânsito - pico da tarde (km) 14.17 Lentidão máxima média no trânsito – pico da manhã (km) 14.18 Lixo doméstico efetivamente reciclável coletado	

	<p>seletivamente</p> <p>14.19 Material orgânico coletado (ton)</p> <p>14.20 Mortes de ciclistas no trânsito - condutores e garupas (por 100 mil habitantes)</p> <p>14.21 Mortes de motociclistas no trânsito - condutores e garupas (por 100 mil habitantes)</p> <p>14.22 Mortes de pedestres no trânsito</p> <p>14.23 Mortes de pedestres no trânsito por 100 mil habitantes</p> <p>14.24 Mortes no trânsito por 10 mil veículos</p> <p>14.25 Mortes no trânsito por 100 mil habitantes</p> <p>14.26 Nota do IDEB dos anos finais (Ciclo II)</p> <p>14.27 Nota do IDEB dos anos iniciais (Ciclo I)</p> <p>14.28 Ocorrências de desordem registradas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM)</p> <p>14.29 Ocorrências de estupro registradas</p> <p>14.30 Participantes nas conferências municipais organizadas pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)</p> <p>14.31 Pontos de wifi livre</p> <p>14.32 População em situação de inadequação habitacional (%)</p> <p>14.33 População em situação de irregularidade fundiária (%)</p> <p>14.34 População em situação de rua</p> <p>14.35 População em situação de rua em centros de acolhida da Prefeitura de São Paulo (%)</p> <p>14.36 Projetos contemplados em programas de fomento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC)</p> <p>14.37 Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera</p> <p>14.38 Proporção de empregos em setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento</p> <p>14.39 Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose</p> <p>14.40 Proporção de internações para cirurgias eletivas dentre o total de cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS) (%)</p> <p>14.41 Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal</p> <p>14.42 Proporção de óbitos por infarto agudo do miocárdio nas internações do Sistema Único de Saúde (SUS) (%)</p> <p>14.43 Razão de consultas médicas básicas do Sistema Único de Saúde (SUS) na população com 60 anos ou mais e a população da mesma faixa etária</p> <p>14.44 Razão de consultas médicas básicas em urgência do Sistema Único de Saúde (SUS), realizadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), por 100 habitantes</p> <p>14.45 Razão de consultas médicas básicas Sistema Único de Saúde (SUS), realizadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) (por 100 habitantes)</p> <p>14.46 Razão de consultas médicas especializadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por 100 habitantes</p> <p>Razão de exames citopatológicos (Papanicolau) do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária</p> <p>14.47 Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 e população por 100 habitantes da mesma faixa etária</p>	
--	--	--

	<p>14.48 Razão de habitantes por cirurgião dentista Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>14.49 Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e população e residente</p> <p>14.50 Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e população residente (por 100 habitantes)</p> <p>14.51 Razão de leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes</p> <p>14.52 Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade Sistema Único de Saúde (SUS) e população residente</p> <p>14.52 Relação da renda do trabalho de trabalhadores negros(as) e não negros(as)</p> <p>14.53 Relação da renda do trabalho entre homens e mulheres</p> <p>14.54 Renda média dos cooperados participantes do Programa de Coleta Seletiva</p> <p>14.55 Taxa de internações por condições sensíveis à atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>14.56 Taxa de mortalidade da população acima de 60 anos por causas externas (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>14.58 Taxa de mortalidade da população com 60 anos ou mais vítima de agressões (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>14.59 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por agressão (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>14.60 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por causas externas (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>14.61 Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)</p> <p>14.62 Taxa de mortalidade precoce de idosos (por 100 habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>14.63 Taxa de óbitos de mulheres vítimas de agressão, por 100 mil mulheres</p> <p>14.64 Taxa de ocorrências de furto e roubo de veículos registradas (por 100 mil habitantes)</p> <p>14.65 Taxa de ocorrências de furtos registradas (por 100 mil habitantes)</p> <p>14.66 Taxa de ocorrências de homicídio doloso registrados (por 100 mil habitantes)</p> <p>14.67 Taxa de ocorrências de roubos registrados (por 100 mil habitantes)</p> <p>14.68 Taxa de Vitimização por Homicídios por Raça/Cor na População Jovem</p> <p>14.69 Tempo médio de espera para embarque nos pontos de parada dos corredores exclusivos monitorados (min)</p> <p>14.70 Tempo médio de percurso das linhas do sistema de transporte - pico manhã (min)</p> <p>14.71 Tempo médio de percurso das linhas do sistema de transporte - pico tarde (min)</p> <p>14.72 Vagas disponíveis em programas de formação cultural continuada por 100 mil habitantes</p> <p>14.73 Velocidade comercial média dos veículos do sistema de transporte - pico manhã (km/h)</p>	
--	--	--

	<p>14.74 Velocidade comercial média dos veículos do sistema de transporte - pico tarde (km/h)</p> <p>14.75 Violações de homofobia denunciadas ao poder público federal e municipal</p>	
15. Saúde e Bem Estar	<p>15.1 Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)</p> <p>15.2 Cobertura de suporte básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (%)</p> <p>15.3 Cobertura populacional por equipes de Atenção Básica MSP (estimada, em %)</p> <p>15.4 Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP + HIB) em crianças menores de 01 ano</p> <p>15.5 Esperança de Vida ao Nascer (anos)</p> <p>15.6 Estabelecimentos com serviços de reabilitação de média complexidade implantados no Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>15.7 Hospitais gerais no Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) com pelo menos 10% de leitos psiquiátricos</p> <p>15.8 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Saúde</p> <p>15.9 Mortalidade por doenças do aparelho circulatório (por 10 mil hab)</p> <p>15.10 Mortalidade por doenças do aparelho respiratório (por 10 mil hab)</p> <p>15.11 Óbitos por dengue</p> <p>15.12 Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera</p> <p>15.13 Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose</p> <p>15.14 Proporção de gestantes adolescentes (%)</p> <p>15.15 Proporção de internações para cirurgias eletivas dentre o total de cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS) (%)</p> <p>15.16 Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer</p> <p>15.17 Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal</p> <p>15.18 Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram menos do que 7 consultas de pré-natal</p> <p>15.19 Proporção de óbitos infantis e fetais investigados (%)</p> <p>15.20 Proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil (%)</p> <p>15.21 Proporção de óbitos por infarto agudo do miocárdio nas internações do Sistema Único de Saúde (SUS) (%)</p> <p>15.22 Proporção de pacientes diagnosticados precocemente com HIV positivo (com 1ºCD 4 inferior a 200cel/mm)</p> <p>15.23 Proporção de partos normais</p> <p>15.24 Razão de consultas médicas básicas do Sistema Único de Saúde (SUS) na população com 60 anos ou mais e a população da mesma faixa etária</p> <p>15.25 Razão de consultas médicas básicas em urgência do Sistema Único de Saúde (SUS), realizadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), por 100 habitantes</p> <p>15.26 Razão de consultas médicas básicas Sistema Único de Saúde (SUS), realizadas em Unidades</p>	

	<p>Básicas de Saúde (UBS) (por 100 habitantes)</p> <p>15.27 Razão de consultas médicas especializadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por 100 habitantes</p> <p>15.28 Razão de exames citopatológicos (Papanicolau) do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária</p> <p>15.29 Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 e população por 100 habitantes da mesma faixa etária</p> <p>15.30 Razão de habitantes por cirurgião dentista Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>15.31 Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e população e residente</p> <p>15.32 Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e população residente (por 100 habitantes)</p> <p>15.33 Razão de leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes</p> <p>15.34 Razão de leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes</p> <p>15.35 Razão de leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes</p> <p>15.36 Razão de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos)</p> <p>15.37 Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade Sistema Único de Saúde (SUS) e população residente</p> <p>15.38 Razão de procedimentos cirúrgicos ambulatoriais em relação às cirurgias hospitalares eletivas realizadas na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) e população residente</p> <p>15.39 Taxa de cobertura de coleta de material para exames de Triagem Neonatal em nascidos vivos na rede SUS (%)</p> <p>15.40 Taxa de Incidência de Dengue (por 100.000 habitantes)</p> <p>15.41 Taxa de Incidência de Dengue (por 100.000 habitantes)</p> <p>15.42 Taxa de incidência de Tuberculose (por 100.000 habitantes)</p> <p>15.43 Taxa de incidência de Tuberculose (por 100.000 habitantes)</p> <p>15.44 Taxa de internações por condições sensíveis à atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>15.45 Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)</p>	
<p>16. Segurança e Violência</p>	<p>16.1 Armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento</p> <p>16.2 Armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento pela Guarda Civil Metropolitana (GCM)</p> <p>16.3 Atendimento de crianças e adolescentes por violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p>16.4 atendimentos referente à mediação de conflitos nas Casas de Mediação da Guarda Civil Metropolitana (GCM)</p> <p>16.5 Casos de violência contra pessoas idosas</p> <p>16.6 Casos de violência doméstica contra crianças e</p>	

	<p>adolescentes</p> <p>16.7 Ocorrências de desordem registradas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM)</p> <p>16.8 Ocorrências de estupro registradas</p> <p>16.9 Taxa de mortalidade da população acima de 60 anos por causas externas (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>16.10 Taxa de mortalidade da população com 60 anos ou mais vítima de agressões (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>16.11 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por agressão (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>16.12 Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes por causas externas (por 100 mil habitantes da mesma faixa etária)</p> <p>16.13 Taxa de óbitos de mulheres vítimas de agressão, por 100 mil mulheres</p> <p>16.14 Taxa de ocorrências de furto e roubo de veículos registradas (por 100 mil habitantes)</p> <p>16.15 Taxa de ocorrências de furtos registradas (por 100 mil habitantes)</p> <p>16.16 Taxa de ocorrências de homicídio doloso registrados (por 100 mil habitantes)</p> <p>16.17 Taxa de ocorrências de roubos registrados (por 100 mil habitantes)</p> <p>16.18 Taxa de Vitimização por Homicídios por Raça/Cor na População Jovem</p> <p>16.19 Vítimas de acidentes de trânsito por 100 mil habitantes</p>	
<p>17. Trabalho e Renda</p>	<p>17.1 Aglomeração produtiva de empregos no setor de comércio</p> <p>17.2 Aglomeração produtiva de empregos no setor de indústria de transformação</p> <p>17.3 Aglomeração produtiva de empregos no setor de serviços</p> <p>17.4 Beneficiários de Programas de Transferência de Renda (PTR)</p> <p>17.5 Cobertura do Programa Bolsa Família (PBF) (%)</p> <p>17.8 Coeficiente de Gini</p> <p>17.9 Concentração do emprego formal (por subprefeitura)</p> <p>17.10 Distribuição do 1% com maior rendimento (%)</p> <p>17.11 Domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo (%)</p> <p>17.12 Domicílios com renda per capita de até 1/8 salário mínimo (%)</p> <p>17.13 Evolução da representatividade da economia criativa no município</p> <p>17.14 Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva (%)</p> <p>17.15 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Renda</p> <p>17.16 Índice de vulnerabilidade social (IVS) - Grupo 1: nenhuma vulnerabilidade social (%)</p> <p>17.17 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 2: muito baixa vulnerabilidade social (%)</p> <p>17.18 Índice de vulnerabilidade social (IVS) – Grupo 3: baixa vulnerabilidade social(%)</p>	

	<p>17.19 Índice de vulnerabilidade social (IVS) - Grupo 4: média vulnerabilidade social (%)</p> <p>17.20 Índice de vulnerabilidade social (IVS) - Grupo 5: alta vulnerabilidade social (%)</p> <p>17.21 Índice de vulnerabilidade social (IVS) - Grupo 6: muito alta vulnerabilidade social (%)</p> <p>17.22 Jovens encaminhados em serviços de Intermediação de Mão de Obra (%)</p> <p>17.23 Jovens inscritos em serviços Intermediação de Mão de Obra (%)</p> <p>17.24 Pessoas formalizadas como Microempreendedor Individual (MEI)</p> <p>17.25 Proporção de empregos em setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento</p> <p>17.26 Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até 1/4 salário mínimo)</p> <p>17.27 Relação da renda do trabalho de trabalhadores negros(as) e não negros(as)</p> <p>17.28 Relação da renda do trabalho entre homens e mulheres</p> <p>17.29 Rendimento Médio Mensal dos Responsáveis pelos Domicílios (R\$)</p> <p>17.30 Responsáveis por domicílios com rendimento de até 1/2 salário mínimo (%)</p> <p>17.31 Responsáveis por domicílios com rendimento de mais de 1 a 2 Salários Mínimos (%)</p> <p>17.32 Responsáveis por domicílios com rendimento de mais de 1/2 a 1 Salário Mínimo (%)</p> <p>17.33 Responsáveis por domicílios com rendimento de mais de 2 a 3 Salários Mínimos (%)</p> <p>17.34 Responsáveis por domicílios com rendimento de Mais de 3 a 5 Salários Mínimos (%)</p> <p>17.35 Responsáveis por domicílios com rendimento de mais de 5 a 10 Salários Mínimos (%)</p> <p>17.36 Responsáveis por domicílios com rendimento maior que 10 Salários Mínimos (%)</p> <p>17.37 Responsáveis por domicílios sem rendimento (%)</p> <p>17.38 Taxa de Desemprego</p> <p>17.39 Taxa de participação do Estado de São Paulo na formalização nacional do Programa Microempreendedor Individual - MEI (%)</p> <p>17.40 Taxa de participação do município de São Paulo na formalização do Programa Microempreendedor Individual - MEI (%)</p>	
18. Turismo	<p>18.1 Aeronaves que chegaram nos principais aeroportos</p> <p>18.2 Arrecadação de Imposto Sobre Serviços (ISS) de serviços de turismo, hospedagem, eventos e assemelhados (R\$)</p> <p>18.3 Atendimentos realizados pelas Centrais de Informações Turísticas (CITs)</p> <p>18.4 Fluxo de passageiros nos aeroportos</p> <p>18.5 Fluxo de passageiros nos terminais rodoviários</p> <p>18.6 Ônibus que chegaram nos terminais rodoviários</p> <p>18.7 Preço médio da diária do setor hoteleiro (R\$)</p> <p>18.8 Preço médio da diária do setor hoteleiro em finais de semana (R\$)</p> <p>18.9 Preço médio da diária em hosteis (R\$)</p>	

	18.10 Taxa de ocupação do setor hoteleiro (%) 18.11 Taxa de ocupação dos hosteis (%) 18.12 Taxa média de ocupação do setor hoteleiro nos finais de semana e feriados	
--	--	--

Fonte: Adaptado de ObservaSampa, 2015.